

===== **ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM VINTE E CINCO DE JUNHO DO ANO DOIS MIL E DEZ:** =====

===== *Aos vinte e cinco dias do mês de Junho do ano dois mil e dez, pelas dezassete horas, na Sala Polivalente da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sobre a Presidência do Excelentíssimo Senhor **Dr. Jorge Manuel Freitas de Oliveira e Silva**, Secretariado pelos Senhores **António Luís da Fonseca e Grifo** – Segundo Secretário e **José Alves da Silva** - Presidente da Junta de Freguesia de Ossela e cuja Ordem de Trabalhos era a seguinte:* =====

===== **Ponto um:** *Votação da acta n.º 5;* =====

===== **Ponto dois:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade e situação financeira do Município;* =====

===== **Ponto três:** *Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro – Reporte a 31 de Dezembro de 2009 (Após encerramento de Contas) – Apreciação;*

===== **Ponto quatro:** *2.ª Revisão ao Orçamento e PPI/ 2010 – Aprovação;* =====

===== **Ponto cinco:** *Ratificação do protocolo celebrado com a Cerciaz – Centro de Recuperação de Crianças e Jovens Deficientes e Inadaptadas de Oliveira de Azeméis, C.R.L, para a criação de um Centro de Treino Municipal de Boccia – Autorização/ Ratificação;* =====

===== **Ponto seis:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a “Apenas Comunik – Tecnologias de Informação, Lda.”, com vista à transmissão de todos os jogos do “Campeonato do Mundo de Futebol 2010”, na Praça da Cidade – Autorização;* =====

===== **Ponto sete:** *Classificação de Interesse Público de duas Árvores localizadas no Lugar da Alumieira, freguesia de Loureiro;* =====

===== **Ponto oito:** *Alteração ao Regulamento Geral de Águas de Abastecimento e Águas Residuais do Município de Oliveira de Azeméis – Aprovação;* =====

===== **Ponto nove:** *XVI Feira de Artesanato de Oliveira de Azeméis – Suspensão no ano de 2010 do disposto no art.º 10 n.ºs 6 e 7 do Regulamento da Feira de Artesanato;* =====

===== **Ponto dez:** *Pintura de marcas rodoviárias (M12) - Linhas Contínuas Amarelas - na Rua Sampaio Maia, freguesia de Oliveira de Azeméis – Aprovação; =====*

===== **Ponto onze:** *Proposta de criação de um lugar de estacionamento reservado para pessoas com mobilidade condicionada na Rua do Patronato de Santo António, freguesia de Pinheiro da Bemposta – Aprovação; =====*

===== **Ponto doze:** *Proposta de criação de lugar de estacionamento de cargas e descargas, fora da ZEDLUO, na Rua Alto da Cruz, freguesia de Fajões – Aprovação; =====*

===== **Ponto treze:** *Proposta de colocação de dois sinais verticais C15 – Estacionamento Proibido – e de um sinal vertical H4 – Via Pública Sem Saída, na Rua da Manacheira, freguesia de Travanca – Aprovação; =====*

===== **Ponto catorze:** *Proposta de colocação de sinal vertical H4 – Via Pública Sem Saída, no caminho do Fundo do Lugar, Cidacos, freguesia de Oliveira de Azeméis; =====*

===== **Ponto quinze:** *Proposta de alteração de prioridade no entroncamento do Troço 3 com a Rua António Pinto Carvalho – Aprovação; =====*

===== **Ponto dezasseis:** *Proposta de postura de trânsito na Rua Dr. Silva Lima – Colocação de Sinal de Trânsito de Estacionamento Condicionado – Aprovação. =====*

===== ***Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal: =====***

===== **Do Partido Social Democrata (PSD):** *António Manuel da Costa Alves Rosa, António da Silva Xará, José Francisco Brandão de Oliveira, Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves, José Domingos Campos da Silva, Rui Filipe Fernandes Nunes, Paula Regina Fernandes Duarte de Oliveira Pinto, Francisco Borges de Almeida Alves, José Filipe da Silva Carvalho, Ana Luísa Gonçalves Regala de Mendonça Humphrey, Diamantino Melo de Almeida, José da Silva Santos, André Lourenço Pinheiro Ribeiro, Francisco de Jesus Jacinto, Américo de Almeida Carvalho, Manuel Rebelo da Costa, Ramiro Pereira Alves Rosa, Miguel Mendes da Silva, José António de Pinho Santos, Carlos Manuel Pinho Silva, Ilídio Barbosa Lopes, Pedro Joaquim da Silva Ribeiro, Hugo Manuel Gomes Silva Pereira e António de Jesus Silva. =====*

===== **Do Partido Socialista (PS):** *Manuel Francisco dos Santos Valente, Fernando Manuel Pais Ferreira, Helena Maria Dinis dos Santos, Fernando Ricardo Gomes Oliveira Bastos, José Ramos da Silva, Ana Lúcia Nunes de Sousa, Carlos Manuel Afonso de Bastos*

Oliveira, Manuel José Tavares Soares, Ana Raquel Simões Teixeira, José António Domingues Marques Lourenço, Cristina Maria Valente de Pinho, Rui Jorge da Silva Cabral, Armindo Fernandes Martins Nunes e Bernardo Amaro Moreira Simões. =====

*===== **Do Partido Popular (CDS/PP):** Miguel Ângelo de Carvalho Santos Portela e João Carlos Amaral Osório Nunes Silva. =====*

*===== **Independente:** Rodrigo Moreira da Silva. =====*

*===== **Ausência dos Membros:** Isabel Maria Fernandes Guimarães Ferreira de Vilhena e Bruno Armando Aragão Henriques. =====*

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início à Sessão declarando: =====

===== Boa tarde. Vamos dar início a mais uma Assembleia Municipal. Eu antes de dar início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”, tinha aqui dois assuntos de alguma relevância, duas propostas que precisam de serem aprovadas hoje, pelo que é necessário o seu agendamento por 2/3: Protocolo de colaboração a celebrar com a Fundação La-Salette, para financiamento das actividades a desenvolver pela Fundação, incluindo a realização das Festas de La-Salette – Autorização e Eleição para o Conselho Municipal de Segurança. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a admissão destes dois pontos na Ordem de trabalhos, tendo sido deliberado por unanimidade a sua admissão. =====

===== Deste modo, ficou a constar da Ordem de Trabalhos mais estes dois pontos: ==

*===== **Ponto dezassete:** Protocolo de colaboração a celebrar com a Fundação La-Salette, para financiamento das actividades a desenvolver pela Fundação, incluindo a realização das Festas de La-Salette – Autorização; =====*

*===== **Ponto dezoito:** Eleição para o Conselho Municipal de Segurança. =====*

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====

===== Chegou à Mesa um conjunto de votos, uns de congratulação e outros de pesar. Vou passar a lê-los e depois procederemos à sua votação: =====

===== *O Grupo Parlamentar do PSD, apresentou o seguinte voto de pesar: “O Grupo Parlamentar do PSD, vem propor a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do Subchefe dos Bombeiros Manuel do Couto, residente na freguesia de Oliveira de Azeméis. Manuel Couto dedicou mais de vinte e seis anos da sua vida aos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis. Assim, o PSD apresenta cumprimentos de pesar à família e propõe um minuto de silêncio.”* =====

===== *O Grupo Parlamentar do PSD, apresentou o seguinte voto de pesar: “Com o falecimento do Prof. José Azevedo Ferreira, Oliveira de Azeméis perdeu uma figura importante da sua história recente. Com uma actividade multifacetada o Professor José Azevedo Ferreira, para além da sua profissão, que desempenhou com uma dedicação extraordinária, ficará associado ao mundo do associativismo onde durante décadas desempenhou funções diversas em diferentes colectividades e instituições com um desprendimento invulgar. A sua presença ao longo dos anos em sucessivos órgãos sociais da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis é bem demonstrativa da sua generosidade e do seu espírito de missão. Frontal e firme nas suas convicções este homem, com quem muitos de nós tiveram oportunidade de privar, desempenhou ainda diversos cargos políticos e autárquicos, entre os quais o de Membro desta Assembleia. Pessoa de trato fácil, o Professor Azevedo deve constituir um exemplo para todos nós, pela forma como abraçou as causas em que acreditava e, sobretudo, pela forma como amou Oliveira de Azeméis. É, pois, com este sentimento de perda que se propõe um voto de pesar pelo falecimento do Professor José Azevedo Ferreira.”* =====

===== *Colocado à votação o voto de pesar e o minuto de silêncio pelo falecimento do Subchefe dos Bombeiros Manuel do Couto, foi o mesmo aprovado por unanimidade.* =====

===== *Colocado à votação o voto de pesar e o minuto de silêncio pelo falecimento do Professor José Azevedo Ferreira, foi o mesmo aprovado por unanimidade.* =====

===== *Fez-se um minuto de silêncio.* =====

===== *O Grupo Parlamentar do PSD, apresentou o seguinte voto de louvor: “O Futebol Clube Cesarense é um clube desportivo, representativo da Vila de Cesar e do Concelho de Oliveira de Azeméis. Fundado em 1 de Janeiro de 1932, o Futebol Clube Cesarense tem mantido a sua actividade desportiva e social, sempre com elevação e com enorme lealdade aos seus princípios, o que lhe conferiu um importante grau de prestígio, não somente no Distrito, mas também a nível Nacional. Como todas as instituições de cariz desportivo, o Futebol Clube Cesarense ao longo dos seus 78 anos, passou por momentos altos e baixos, mas foi sempre nos momentos de maior dificuldade que soube procurar oportunidades para se desenvolver e afirmar como entidade capaz de proporcionar a prática desportiva aos jovens da sua terra e aos*

das terras vizinhas. O Futebol Clube Cesarense, na última década, soube pela capacidade e pelo empreendedorismo dos seus dirigentes, desenvolver um trabalho sério e competente na conquista dum espaço próprio, com a construção de infra-estruturas de qualidade, as quais lhe permitiram sustentar um crescimento planeado, pensado num projecto para a formação, o qual é hoje uma bandeira de realce do trabalho ali feito diariamente. E é novamente em tempo de dificuldades económicas que este clube volta a procurar oportunidades, fazendo nas duas últimas épocas e de forma consecutiva um registo que a ninguém deixou indiferente. A ascensão do escalão sénior desde o Distrital até à 2.ª Divisão Nacional, competição maior do futebol nacional não profissional e paralelamente a isso atinge o importante número de 200 atletas jovens a competir em todos os escalões da formação federados, mais as pré-escolas (Benjamins). Atentos a toda esta evolução e pensando na formação, os responsáveis deste clube na pretensão de proporcionar melhores condições aos jovens formandos, avançaram já com novas obras de requalificação do Complexo Desportivo do Mergulhão, com a construção de novos balneários e com o arrelvamento sintético do campo nº2. Em 2010 o Futebol Clube Cesarense atinge deste modo o patamar mais alto de toda a sua já longa existência. Face a este factos, entendemos que pela sua real importância, pela excelência do trabalho feito e porque deve ser apontado como exemplo a seguir, a Bancada do PSD propõe a esta Assembleia Municipal um justo e merecido voto de louvor ao Futebol Clube Cesarense.” =====

===== Colocado à votação o voto de louvor ao Futebol Clube Cesarense, foi o mesmo aprovado por unanimidade. =====

===== O Grupo Parlamentar do PSD, apresentou o seguinte voto de congratulação: “Fundada em 01/12/1974, tem como objectivo principal, dar continuidade na formação desportiva e pedagógica. Nos últimos anos o clube apostou nas condições de trabalho para os seus atletas. O melhoramento da iluminação, a construção de novos balneários, a construção de uma nova sede para o clube e a colocação do tão desejado tapete verde (relva sintética). Todo este trabalho e dedicação por parte dos dirigentes da Juventude Desportiva Carregosense começam a dar resultados positivos também a nível desportivo. O Grupo Parlamentar do PSD, vem propor a aprovação de um voto de congratulação ao Carregosense, pela subida 1.ª Divisão Distrital de Futebol.” =====

===== Colocado à votação o voto de congratulação à Juventude Desportiva Corregosense, foi o mesmo aprovado por unanimidade. =====

===== O Grupo Parlamentar do PSD, apresentou o seguinte voto de congratulação: “A Oliveirense fez história ao sagrar-se pela primeira vez no seu historial Campeão Nacional de Basquetebol CNB2. O Municipal do Barreiro foi palco da consagração da Oliveirense que

derrotou a Juventude de Palmela e sagrou-se, assim, Campeão Nacional CNB2, fechando uma época em que esteve até à penúltima jornada sem perder.” =====

===== Colocado à votação o voto de congratulação à Secção de Basquetebol da União Desportiva Oliveirense, foi o mesmo aprovado por unanimidade. =====

===== O Grupo Parlamentar do PSD, apresentou o seguinte voto de louvor: “O Grupo Parlamentar do PSD, vem propor a aprovação de um voto de louvor ao realizador Telmo Martins e à actriz Sílvia Almeida, ambos da freguesia de Carregosa, ambos protagonistas da longa-metragem “Um Funeral à Chuva” que se estreou recentemente nas salas de cinema. “Um Funeral à Chuva” foi gravado na Covilhã em Setembro e Outubro de 2009 e relata a história de sete amigos – antigos estudantes da Universidade da Beira Interior, que se voltam a reunir passados dez anos devido à morte de um deles. O grupo inicia uma jornada de auto-descoberta sobre a essência da amizade verdadeira. Telmo Martins já realizou diversas curtas-metragens desde 2002, algumas das quais premiadas. Entre elas destaca-se Crosswalk, vencedora do concurso mundial do portal canadiano no Festival Internacional de Cinema de Tróia (2007).” =

===== Colocado à votação o voto louvor ao realizador Telmo Martins e à actriz Sílvia Almeida, foi o mesmo aprovado por unanimidade. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa deu início à Sessão. =====

*===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (ART.º 19º DO REGIMENTO)** =====*

===== No uso da palavra, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra à Senhora Dra. Ana Neves, do PSD. =====

===== Muito boa tarde. Oliveira de Azeméis recuou no tempo e reviveu o passado com a alegria do presente nos dias 22 e 23 de Maio. O Mercado à Moda Antiga constitui um ponto de encontro das gentes da terra, que durante dois dias se reuniram para recordar as tradições do final do século XIX e do início do século XX. É já um dos maiores eventos da Área Metropolitana do Porto. O Mercado à Moda Antiga é uma agremiação cultural que tem levado bem longe o nome do concelho, sendo hoje, uma referência de Oliveira de Azeméis. Esta iniciativa preserva as tradições da nossa terra e não faz esquecer o que é mais belo no nosso concelho, que é a nossa cultura. Pois, só assim valoriza-se a nossa cultura popular, as nossas tradições, os nossos usos e costumes, para que não se percam no tempo as memórias das nossas gentes. Assim, temos que continuar a retratar o passado que o povo construiu. O Mercado à Moda Antiga “é mais um evento que marca a agenda cultural do nosso concelho como forma de

continuar a afirmar Oliveira de Azeméis como terra de tradição de qualidade”. É de louvar a iniciativa de terem alargado o espaço reservado ao evento, possibilitando assim, a divulgação das colectividades bem como as mesmas poderem angariar alguns fundos monetários para fazer face à crise instalada. Por último, congratulo todas as associações que estiveram envolvidas nesta 14.ª edição do Mercado à Moda Antiga, assim como a sua organização. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP. =====

===== Muito boa tarde. Venho cá hoje para me congratular, depois de tanto termos pedido o início das obras, a conclusão já na Rua do Cruzeiro e as obras que começaram na Rua Bento Landureza, que vão andando devagarinho, mas aquilo é a subir e a gente compreende, vai devagarinho mas o que interessa é que vá indo e que sejam concluídas. Queria também aqui congratular-me com o facto da Feira de Artesanato este ano ter um mês de período de manutenção. Acho que é importante, temos que tentar, tive a oportunidade de o fazer na minha coluna, movimentar a zona porque sinto que os feirantes se sentem um bocado abandonados, pelo que precisamos de dinamizar. De qualquer maneira, o princípio acho que é bom e um mês acho que é o período mínimo que poderemos ter. Muito obrigado. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra à Senhora Dra. Helena Santos, do PS. =====

===== Boa noite a todos. A minha intervenção, Senhor Presidente, é breve e prende-se essencialmente com esta questão. Como é penso que sabido melhor por vós do que por mim, há uma data mais ou menos apontada para a inauguração do novo Centro de Saúde, que será no final de Julho. Eu tenho acompanhado as obras e efectivamente penso que não vai haver atrasos. Sei que efectivamente até o material já está todo disponível para equipar o Centro de Saúde, no entanto várias pessoas me têm colocado questões em relação ao espaço envolvente, perguntam-me se vai haver estacionamento, onde é que é. Efectivamente eu nunca tive acesso à planta do espaço envolvente, que penso que é da responsabilidade da Câmara. As pessoas perguntam-me e eu não sei responder e é sobre isso precisamente que eu gostava de ser elucidada, se está calculado o espaço envolvente, de quem é a responsabilidade dele e se efectivamente não vai constituir nenhum atraso para a obra, porque efectivamente vejo aquilo por fora ainda muito parado. Era só essa a questão, muito obrigado. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Rui Nunes, do PSD. =====

=====
 Boa tarde a todos. Aproveito este momento para propor um voto de louvor à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis. Sobre este propósito, propunha-me referir dois ou três aspectos que me parecem dignos de referência e que merecem também a reflexão de todos nós. O porquê desta proposta de voto de louvor? Desde logo, porque os Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis comemoraram precisamente no dia de ontem, 24 de Junho, os seus cento e quatro anos de existência. Sobre isto proponho-me fazer aqui breves reflexões sobre a necessidade do crescimento que a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis vem desenvolvendo e promovendo desde a data da sua criação, o profícuo 24 de Junho de 1906, dizendo que esta associação foi criada no âmbito da necessidade estrita das populações e no sentido de velar os males que sempre as atormentaram. A este propósito cumpre-me referir que falando da Associação Humanitária estamos a falar de voluntariado, falando de voluntariado temos que enaltecer o espírito de todos quanto de forma desinteressada vêm contribuindo de forma árdua, muitas vezes com sacrifícios pessoais e sobretudo desinteressada, na protecção e na defesa dos males que a todos nós, sem excepção, nos vem atacando. A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis tem vindo a crescer, tem projecções, neste momento tem, já não numa fase embrionária mas numa fase de crescimento. a implantação de um novo quartel e este crescimento só pode ser um crescimento sustentado se obviamente contar com a colaboração dos Oliveirenses e nós como Membros e como parte integrante da comunidade Oliveirense temos este poder dever de contribuir de forma decisiva para o engrandecimento da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis. Neste sentido, gostava, se me fosse permitido, de deixar aqui dois alertas. É possível, por um lado, e é necessário, por outro, contarmos com a adesão de novos sócios para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, bem assim como todo e qualquer donativo por insignificante que seja, isto na medida das possibilidades de cada um, será sempre muito bem-vindo. É esta a razão de ser da minha intervenção e daí o meu propósito do voto de louvor. Muito obrigado. =====

=====
 Colocado à votação o voto de louvor à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, pelo seu 104.º aniversário, foi o mesmo aprovado por unanimidade. =====

=====
 O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor José Ramos, do PS. =====

=====
 Normalmente, queixa-se a nossa Câmara que ninguém do PS diz bem de nada e normalmente diz mal de tudo. Eu hoje vou começar por dizer bem, que é para ser diferente do habitual. É com satisfação que vejo que o Senhor Presidente da Câmara desta vez cumpriu, porque ele disse-me na última Assembleia que se calhar eu ia ter uma surpresa e realmente a Rua do Cruzeiro está arranjada. Não há dúvida nenhuma e eu tenho que dizer com satisfação

que o Senhor Presidente está a cumprir. Também na Rua Aníbal Belega já se pode transitar nos passeios, o que faz muito jeito. Portanto, são duas situações em que eu tenho que dizer “sim senhor, estão de parabéns, realmente estamos a melhorar”. Mas também tenho de dizer mal, é lógico, senão não seria bem-vinda a minha presença aqui, não é? E como tal venho aqui começar por lembrar, na última Assembleia, os dois sinais de trânsito que eu acho que são uma necessidade e que pelo menos a Câmara, por aquilo que me pareceu da resposta, estava de acordo em que eles fossem colocados e queria saber se isso vai demorar muito tempo já agora, porque realmente são situações que fazem muita falta. Deixando os sinais, vou também lembrar uma situação que já foi aqui falada, creio que já desde o mandato da outra Assembleia, acho que o Senhor Presidente era Presidente da Assembleia Municipal e possivelmente se recordará, que é um painel de publicidade que está no redondo do Palacete, que eu espero que não o tirem só quando houver um acidente, que não se esteja à espera de que haja um acidente para se retirar. Felizmente que o trânsito que há ali, normalmente, faz fila e as pessoas conseguem entrar com alguma calma, porque senão qualquer dia alguém vai bater. Por último, queria perguntar se está prevista alguma acção de limpeza nas ruas pedonais, limpeza essencialmente de gordura em vários sítios depois do mercado à moda antiga, possivelmente foram barracas onde isso aconteceu e eu gostaria de saber se vai ser feita alguma acção nesse sentido, porque se não for no próximo ano se se realizar novamente o mercado, convém que haja uma protecção de modo a que isso não volte a acontecer. E é tudo, muito obrigado. =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.

===== Aproveito obviamente para associar todo o Executivo Municipal, até porque já foram também objecto de votos em sede de Executivo, associar o Executivo aos votos propostos, quer ao Futebol Clube Cesarense, ao Carregosense e à União Desportiva Oliveirense, bem como ao voto apresentado pelo aniversário dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis. Relativamente à questão que, e aproveito já por falar porque está interligada, foi colocada pela Senhora Deputada Ana Neves sobre o Mercado à Moda Antiga e esta última questão levantada pelo Senhor Deputado José Ramos, ou seja, esta questão que foi colocada, daquelas manchas de gordura em algumas zonas das ruas pedonais que estão nos granitos, prenderam-se, e estão directamente relacionadas, com o Mercado à Moda Antiga. Isto não há bela sem senão, ou seja, se o Mercado à Moda Antiga movimentou milhares de pessoas, e é verdade foram milhares de pessoas, e teve um impacto na sociedade, na região e no País muito diferente do que aquilo que tinha tido no passado, eu julgo que isso é importante valorizarmos, tivemos desde directos de televisão até muitas notícias sobre Oliveira de Azeméis e notícias muito positivas, que é isso que todos procuramos acho eu, mas obviamente que também fomos confrontados, e também vimos porque passamos lá, que algumas manchas de gordura ficaram marcadas no pavimento. A limpeza, e limpeza específica já com diversos produtos, foi feita e por várias vezes, começa por

volta das sete da manhã e até às nove para não incomodar, nomeadamente, a zona comercial e essa limpeza tem vindo a ser feita. Já está melhor, mas ainda não está devidamente limpa. Mas queria também dizer que, e já em conversa nomeadamente com o Senhor Vereador Pedro Marques e com os organizadores do Mercado à Moda Antiga, os próprios organizadores manifestaram algum desconforto porque eles também verificaram aquilo. Pese embora o esforço de protecções que foram colocadas, nomeadamente na zona alimentar, mas são contingências de quem organiza um evento desta natureza e evidentemente que temos que tomar medidas nas próximas edições para evitar que aquilo aconteça. Estamos a procurar minimizar. A SUMA que é a empresa que tem o serviço que garante a limpeza do nosso concelho tem sido inexcelente e tem procurado inclusive a aplicação de novos produtos, só que o granito absorve com maior intensidade as gorduras do que outras pedras. E, portanto, é uma situação que fez bem em colocá-la e aproveitou também por dar este esclarecimento, mas obviamente que vamos procurar minimizar os danos e acima de tudo prevenir para em edições futuras evitar que aquelas situações aconteçam. Mas julgo que é justo reconhecermos, na sequência daquilo que foi o voto da Senhora Deputada Ana Neves, justo reconhecermos o impacto, o sucesso que foi o Mercado à Moda Antiga e estamos particularmente à vontade porque a Câmara é parceira e é fundamental enaltecer também o papel das associações, das associações de pais, das associações recreativas, culturais e desportivas, pelo esforço que fazem para procurarem também atrair pessoas à nossa cidade. A segunda questão, do Senhor Deputado Miguel Portela, também entronca na do Senhor Deputado José Ramos e tem a ver com a intervenção na Rua do Cruzeiro, na Rua Bento Landureza e dizer-vos o seguinte: a obra da Rua do Cruzeiro, apesar de ter sido reposto o pavimento, não está concluída, porque há ali pequenas afinações a fazer, mas também não podem ser feitas logo nas horas seguintes à colocação do tapete betuminoso. Conforme tínhamos aqui dito e acho que foi na última Assembleia Municipal e foi precisamente o Senhor Deputado José Ramos que falou sobre isso, era uma rua que carecia há muitos anos de uma intervenção, é uma rua com muito movimento, muito mais do que as pessoas imaginam, quer pelas pessoas que lá vivem e quer pelas pessoas que usam os serviços comerciais naquela zona, estamos a falar de laboratórios clínicos, consultórios médicos, zonas de restauração. Nós sentíamos isso e sentimos também de termos feito a obra o impacto que ela teve e obviamente como disse, ela não está terminada, precisa de ser melhorada, há ali outras situações até próximo da Rua do Cruzeiro que precisam de ser melhoradas, alguns terrenos privados. Não é fácil, nós tentamos fazer tudo ao mesmo tempo, mas não é possível porque basta não termos uma autorização de um privado para não podermos estar a fazer essa intervenção, mas não vamos por não ter essa autorização prejudicar todas as pessoas e, portanto, procuramos fazer aquilo que era mais necessário e agora vamos à questão dos pormenores. A Rua Bento Landureza, a intervenção teve início também dentro daquele que era o prazo que tínhamos acordado aqui e que nos tínhamos comprometido e ao contrário do que possa parecer é verdade que aquilo também não está a andar ao ritmo de que eu gosto, mas há certas questões que não podem andar tão depressa como todos nós desejamos e há uma preocupação também muito

grande que é não cortar a rua definitivamente, porque aquela rua tem um fluxo de trânsito muito grande. E, portanto, procurar fazer a obra, não cortando a estrada nem em cima, nem em baixo, é isso que temos feito, está a ser colocada já a tubagem também agora para depois a drenagem das águas, mas eu julgo que esta é a fase mais demorada, ela depois vai entrar num ritmo mais forte de trabalhos e também se calhar permitir que no período de férias, quando as pessoas não estão cá e não passam tanto lá, se calhar podemos ocupar mais a via, fazendo a obra. Quanto à questão da Feira de Artesanato que foi colocada, está na Ordem de Trabalhos um ponto relativamente à Feira do Artesanato, porque esta alteração tinha que ser aprovada aqui, primeiro pelo local porque está definido no regulamento que ela se realiza no Parque de La-Salette, mas dizer-lhe que nestas matérias nós não conseguimos fazer o pleno, nem reunir o consenso. O Senhor Deputado Miguel Portela aprecia o ser um mês e se calhar muitas das pessoas que aqui estão, a grande maioria, aprecia que ela seja feita no sítio onde está a ser feita, porque a Praça da Cidade é uma zona nobre da cidade, um local onde o concelho investiu bastante e, portanto, é preciso dar-lhe vida, mas há sempre pessoas que acham que quando ela é feita em La-Salette dizem que “ela devia era ser feita cá em baixo”, quando é cá em baixo dizem “ela devia era ser feita lá em cima”. Algumas até são as mesmas pessoas, porque têm aquele espírito crítico e não se sentem bem se não criticarem e nós temos que perceber que “Deus que é Deus não agradou a toda a gente”. Aquilo que nós procuramos é fazer e fazer bem. Mas inclusive contamos com a incompreensão de algumas pessoas, permitam-me também aproveitar esta oportunidade para dizer, algumas pessoas que ali passam com muita frequência devem-se ter apercebido, que quando estavam a ser montadas as barracas da Feira de Artesanato houve ali umas pessoas que estacionaram os carros durante uns dias, os dias da montagem da feira e nunca os tiraram de lá e não se podiam montar as barracas e a Câmara Municipal decidiu, por uma questão de bom senso e porque era o primeiro ano que a Feira de Artesanato ali vinha, não criar problemas a ninguém. Há uma pessoa que seguramente deve estar muito satisfeita, que é proprietária de dois automóveis, não sei se tem mais mas pelo menos dois automóveis tem e os dois automóveis estiveram ali os dias da montagem e deve-se estar a rir e a dizer “eles queriam montar aqui as barracas e não montaram”, pronto eu ofereço-lhe a taça, é uma verdade, não montamos as barracas e também não quisemos ter nenhum problema, aliás a GNR quis intervir e nós próprios dissemos “não vale a pena criar problemas, se há espaço para montar as barracas mais ao lado vamos compreender, vamos deixar que as pessoas tenham a taça, ergam a taça e fiquem muitas satisfeitas com essas atitudes”, mas também fica com quem as pratica. Mas é só para perceberem que muitas vezes estes são pequenos pormenores que desgastam, que desgastam e que são desagradáveis mas com os quais temos que viver, porque também faz parte da nossa vida. Quanto às questões colocadas pela Dra. Helena Santos, eu quero dizer que para a semana vai haver uma reunião com a Administração Regional de Saúde, pelo seguinte: nós também tivemos conhecimento, informalmente, que já sabíamos até de uma conversa que tínhamos tido com a Dra. Odete, mas agora mais próximo da data, com o mês seis ou o mês sete previsto para terminar o Centro de Saúde. Eu próprio já me desloquei às instalações do Centro

de Saúde mas não entrei porque eu não tenho permissão para lá entrar e, portanto, só fui ao espaço exterior e veio um senhor perguntar o que é que eu andava lá a fazer e eu disse que estava a ver e vim-me embora. Posto isto, entramos em contacto com a Administração Regional de Saúde para dizer “nós fomos ali, mas nós não sabemos de nada”, ou seja, não há nenhum compromisso escrito entre a Câmara Municipal e a Administração Regional de Saúde para nada, obviamente que não será seguramente por falta da Câmara Municipal, que alguma coisa se irá atrasar, estamos sempre cá para assumir as responsabilidades, nem sempre compreendidos, mas também faz parte da vida e, portanto, até se forem precisas tomar medidas excepcionais para isso espero ter a compreensão de todos. Mas nessa reunião vamos também perceber junto da Administração Regional de Saúde, porque a Senhora Dra. Helena Santos pergunta como é com o estacionamento e eu digo que há coisas muito mais importantes do que o estacionamento, como é com a ligação da água, como é com outras coisas que até ao momento, o próprio licenciamento do edifício, ninguém nos contactou, ou seja, a Administração Regional de Saúde fez o trabalho, o empreiteiro está a fazer a obra, nem sabemos quem é o empreiteiro, nunca nos falou, nunca nos disse nada, mas obviamente que a nossa preocupação é grande, porque queremos que tudo esteja em condições e não queremos que aconteça uma coisa que absolutamente desagradável, que é ter o edifício pronto e não ter o espaço exterior arranjado. A reunião vai decorrer esta semana e seguramente que será tudo esclarecido e será articulado entre a Câmara Municipal e a Administração Regional de Saúde do Norte a conclusão do Centro de Saúde. Mas já agora, também informalmente, informalmente, médicos que trabalham no Centro de Saúde e que conhecem esta obra já me apresentaram algumas deficiências ou incorrecções da obra lá dentro, mas eu disse “eu não conheço, nem a Câmara tem nada a ver com isso”, portanto essa é uma situação que eu acho que é agora nesta fase que tem que ser articulado e acertado para que aquilo quando abrir esteja dentro daquilo que são os padrões de qualidade que nós preconizamos e nos quais estamos interessados. Quanto à questão que o Senhor José Ramos colocou, que julgo que já não é a primeira vez, a questão do Palacete, se a memória não me atraiçoa e acho que já foi neste mandato, disse que já foi no mandato anterior mas eu acho que já foi neste mandato, ou alguém já falou nisso. Aquilo é mobiliário urbano, é uma empresa que nos presta esse serviço, que depois explora comercialmente e coloca os painéis de publicidade, nós já os contactamos e verdadeiramente nós não podemos chegar lá e tirar aquilo ou só no limite, nós já o oficiamos e já lhes pedimos para fazer essa pequena correcção, até porque é um pequeno desvio, portanto o ponto de vista do impacto publicitário não é nenhum. Eu espero, até aproveitando a Assembleia Municipal, vamos voltar a contactar a empresa para ver se eles rapidamente façam essas alterações. Julgo que de alguma forma respondi a tudo. Falta só aqui uma questão dos sinais, que o Senhor José Ramos falou, dizer que nós vamos fazer agora, aliás há algumas alterações que vão ser aprovadas hoje também na Assembleia Municipal e, portanto, feitas estas alterações e até à próxima Assembleia Municipal nós vamos tirar e colocar esses sinais de acordo com aquilo que deve ser, tendo em conta também as novas posturas. Só mais uma coisa, já agora Senhor Presidente, tendo em conta a

intervenção do Senhor Dr. Rui Nunes sobre os Bombeiros Voluntários, dizer que foi gratificante perceber já nas comemorações dos cento e quatro anos dos Bombeiros, para além desta questão da nova infra-estrutura que já se começa a ver o esqueleto desta nova infra-estrutura, dizer que no fim-de-semana passado foi uma manifestação de vitalidade dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis a organização dos dois eventos, nomeadamente os cinquenta anos da Fanfarra que trouxe muitas fanfarras a Oliveira de Azeméis e também o desfile no domingo de manhã das Escolas de Infantes, que é muito interessante percebermos o trabalho que está a ser feito por esta Associação dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis. Muito obrigado, Senhor Presidente. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Eng.º Filipe Carvalho, do PSD. =====

===== Boa tarde a todos. Oliveira de Azeméis está mais dinâmica. Durante um mês, a praça da cidade é ponto de encontro para várias iniciativas. Decorre a XVI Feira do Artesanato, onde podemos encontrar peças e gastronomia genuínas da nossa região, mas também de outras regiões do País. A Praça da Cidade, como nova centralidade que é, merece acolher todas estas iniciativas, pois possibilita o encontro entre gerações. É de salientar e saudar a coincidência de iniciativas: a Feira do Artesanato, que este ano, excepcionalmente, se realiza na Praça da Cidade e o Festival da Juventude, pois proporcionará a todos a possibilidade de se divertirem, verem concertos magníficos de bandas de reconhecido mérito nacional e internacional, mas nunca esquecendo a nossa cultura e os nossos artistas. Além destes factores que são de extrema importância, ainda podemos apoiar a nossa Selecção durante o Campeonato do Mundo de Futebol. O Festival da Juventude, tem um programa que abrange todas ou quase todas as áreas musicais, permitindo assim uma abrangência maior de públicos, inclui também os desportos radicais, a animação de rua e a dança. Os espectáculos culturais, não se ficam por aqui, pois no passado dia 30 de Maio, realizou-se o 1.º Entr'Artes, onde participaram vários artistas plásticos de todo o País, com maior predominância de Oliveira de Azeméis, que deram muita cor e vida às ruas pedonais. As escolas de dança da nossa cidade puderam dar muito movimento, com espectáculos verdadeiramente interessantes. As bandas de música participantes encarregaram-se de animar. Além da música, não ficou esquecida a poesia, pois podia-se ouvir poesia pelas ruas. A Bancada do PSD, felicita todos os intervenientes em todas estas iniciativas, pois são merecedores da nossa admiração e estima. À Câmara Municipal pede-se que continue a apoiar e dinamizar estas iniciativas, pois são de grande importância para Oliveira de Azeméis, pois podem ser uma boa atracção turística. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. João Osório, do CDS/PP. =====

===== A todos uma boa tarde. Portugal tem vivido nos últimos anos, insistentes alterações em todo o sistema educativo, sendo que estas afectam, por vezes de forma negativa, o sucesso que queremos para os nossos alunos. O reordenamento da rede escolar é uma medida importante para a criação de um parque escolar adaptado às exigências do sistema de ensino actual e de especial importância é o reordenamento da Rede Escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico. Ora, no pretérito dia 14 de Junho, fomos confrontados com uma Resolução do Conselho de Ministros (n.º 44/2010), que num momento de final do ano lectivo, quando muitas escolas já tinham preparado o início do novo ano lectivo 2010/2011, são surpreendidas pelo anúncio de encerramento de todas as escolas com menos de vinte e um alunos, sem definição de qualquer outro critério, o que para nos CDS/PP é demasiado redutor. O Ministério da Educação, mais uma vez, apresenta como dado adquirido uma medida que necessita de ser devidamente trabalhada com os agentes escolares e os municípios, que são os responsáveis pelo Parque Escolar do 1.º Ciclo. Numa época em que a municipalização da educação é uma realidade, com a transferência de competências para os Municípios, o Ministério da Educação não faz o necessário trabalho preparatório com as Câmaras Municipais, numa matéria essencial como a Rede de Estabelecimentos de Ensino do 1.º Ciclo. Este encerramento de escolas seria importante numa lógica de reordenamento da rede escolar bem estruturado, no entanto, não respeita as especificidades das regiões onde as escolas se inserem, sendo que o Ministério da Educação trata todo o território nacional como uniforme, fazendo uma reestruturação à semelhança dos grandes centros urbanos. O critério único apresentado pela Resolução do Ministério da Educação é o número mínimo de vinte e um alunos, podendo acontecer, como no passado, a deslocação de crianças de escolas que não têm este número mínimo, mas têm boas condições, para outras – com condições paupérrimas – sem os equipamentos que o Ministério diz serem essenciais para uma escola de sucesso. Existe também a necessidade de acautelar que os centros educativos estejam concluídos e que os alunos não serão colocados em contentores, enquanto decorrem as obras de construção. Não esqueçamos que todos os Municípios têm as suas Cartas Educativas devidamente trabalhadas com as Direcções Regionais e homologadas pelo Ministério. Pede a prudência que seja apresentado às escolas o plano de reorganização dos seus agrupamentos por forma a que esta tenha em vista a melhoria pedagógica e de gestão das escolas. Assim, e face à posição ora apresentada, Senhor Presidente da Câmara Municipal, o CDS gostaria de saber: 1) Vai haver lugar a algum encerramento de Escolas do 1.º Ciclo no nosso concelho? 2) Quais as suas implicações? 3) Quais as mais-valias para o concelho com este novo reordenamento da rede escolar? 4) E em termos pedagógicos? Irá contribuir para uma melhoria? 5) E sob o ponto de vista dos alunos, é a melhor solução? 6) Acha que, com esta reordenação e com a forma como ela se parece estar a processar, haverá uma diminuição da qualidade do ensino? Eram estas as questões a colocar, muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Bernardo Amaro Simões, Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque. =====

=====
 Era só para informar, e ao mesmo tempo aproveitar para convidar todos os presentes, que vai realizar-se hoje, às nove horas, um encontro sobre saúde em S. Roque, a que nós damos muita importância. Teria muito gosto em poder contar lá convosco, porque teremos o Secretário de Estado Adjunto e da Saúde o Dr. Manuel Pizarro e a Dra. Odete Pinho, Directora do Agrupamento de Saúde de Entre o Douro e Vouga. Portanto, tinha muito gosto em ver-vos por lá. Depois de muitos adiamentos é hoje dia 25 de Junho. Eu não sairia daqui com a minha consciência tranquila se não falasse sobre os problemas de saneamento em S. Roque e atrevo-me a dizer em Nogueira do Cravo. Nós estamos com um problema comum que é preciso encarar com muito rigor. Nós estamos com problemas, eu não sei se o meu Colega de Nogueira do Cravo também quer apresentar, mas nós estamos com muitos, muitos problemas, não é só dizer “descarreguem, podem descarregar”, isto não é assim, peço desculpa, mas isto não é assim. ==

=====
 O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Diamantino Melo, Presidente da Junta de Freguesia de Carregosa. =====

=====
 Boa tarde. Carregosa tinha uma rede de abastecimento de água ao domicílio proveniente de uma nascente, que durante muitos anos permitiu resolver com qualidade e quantidade os utentes da água pública. Mas como houve aumento de utentes nos últimos anos, começaram-se a criar problemas de abastecimento. A Câmara consciente dessa situação entrou em negociações com a empresa “Águas do Douro e Paiva” e no passado mês de Maio ligou definitivamente as “Águas do Douro e Paiva” à rede de distribuição de Carregosa. Foi de facto um acontecimento extremamente importante, que retirou muitas dores de cabeça aos autarcas, que no terreno por vezes andavam, ou andam, e sofriam as acusações mais diversas da população. Foi na realidade um acontecimento que eu aqui em nome dos meus fregueses e da freguesia que represento, quero agradecer à Câmara o contributo que fez e a óptima negociação que travou com as “Águas do Douro e Paiva”. Mas, não é só de água pública que nós necessitamos, continuamos também em estado de alerta, ou pelo menos eu, porque se a água ao domicílio é um bem maior, também a rede de águas residuais de saneamento e águas pluviais, que se apontava como prioridade absoluta no concelho, parece teimar em avançar. Apenas deixo esta questão: Será que eu estou desfasado da realidade, Senhor Presidente da Câmara? Gostava de saber. =====

=====
 Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi concedido o uso da palavra ao Senhor Dr. Manuel José Tavares, do PS. =====

=====
 Boa tarde a todos. Notícias recentes, algumas de uma forma pouco objectiva, têm dado conta da criação de três mega agrupamentos no nosso concelho, agitação que, ou da qual, não vimos sinais noutros concelhos, noutros município vizinhos e não só. Sabemos que este reordenamento viria na sequência, ou vem na sequência, de uma Resolução recente do Conselho

de Ministros, que confere, no entanto, um carácter gradual e ideológico quer com as autarquias, quer com as comunidades e quer com as escolas, que através dos Conselhos Gerais, outros órgãos e até em reunião geral dos seus mobilizadores poderão debater estas questões. A discussão e o debate são importantes e a autarquia tem um papel importante nesta questão. Eu perguntava ao Senhor Presidente da Câmara, sabendo que já decorreu uma reunião com a autarquia, qual é o ponto da situação em relação a esta criação dos mega agrupamentos, partindo do princípio de que esta criação não pode ser feita de ânimo leve, apressadamente e tem que ser feita consultando as escolas e as populações, para que o reordenamento seja feito com alicerces sólidos. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Hermínio Loureiro, Presidente da Câmara Municipal, para prestar os devidos esclarecimentos. =====

===== Neste período de questões, tanto as questões que foram apresentadas pelo Senhor Deputado João Osório como pelo Senhor Deputado Manuel José, de alguma forma se interligam relativamente à Resolução do Conselho de Ministros e ao início do próximo ano escolar. Mas eu começava pelo Senhor Deputado Filipe Carvalho, que falou do Festival da Juventude e falou também do Entr'Artes. O Entre'Artes é uma iniciativa original que precisa, como qualquer coisa que é feita pela primeira vez, de ser afinada. Em primeiro lugar, a escolha da data, é muito importante quando se fizer o Entr'Artes que não exista nenhum outro evento de importância relevante no nosso concelho e no dia do Entr'Artes estavam milhares de pessoas no Parque de La-Salette porque se comemorava o Dia Mundial da Criança. E, portanto, é uma primeira nota, é uma primeira questão a evitar, quando se fizer esse evento que veio animar a zona histórica e que foi pelos artistas que participaram, não só pintores, conforme aqui foi dito houve dança, música, poesia, estavam muito entusiasmados todos eles e o S. Pedro ajudou. É uma iniciativa para manter, para dar ainda mais notoriedade e dar mais força, foi o primeiro mas foi excelente, o balanço que fazemos é francamente positivo. Tivemos aqui artistas, estamos a falar de artes, artistas que vieram de Lisboa, outros do Porto, e alguns deles tinham vindo pela primeira vez a Oliveira de Azeméis e ficaram muito satisfeitos. Gostaram da forma informal como se podia fazer arte e com uma situação também muito importante que era a interacção com quem passava, crianças e mais idosos, que pudessem pegar num pincel e pintar também, eram desafiados a isso mesmo. Uns artistas com mais à vontade desafiavam as pessoas que lá passavam e é interessante perceber para que, nomeadamente, as crianças fiquem mais familiarizadas com a questão das artes e não pensem que isso é só ao alcance de alguns e que eles próprios possam também expressar o seu sentimento numa tela, conforme foram vários os que fizeram. Vamos ter a oportunidade de mais para a frente de ver os trabalhos que foram feitos, porque todos os trabalhos que foram feitos no Entr'Artes vão estar expostos na Galeria Tomás Costa. Julgo que foi uma excelente iniciativa, como disse a precisar de ser reforçada no

posicionamento e na nossa agenda cultural do concelho. Quanto à intervenção do Senhor Amaro Simões e do Senhor Diamantino Melo, eu vou deixar para o fim, estamos a falar da questão da água num caso e do saneamento no outro, e vou agora dar nota das questões colocadas sobre a educação. Conforme foi dito, quer por um Deputado, quer por outro, há uma Resolução do Conselho de Ministros que é a 44/2010, que foi muito falada na comunicação social a nível nacional pelo encerramento das escolas com menos de vinte e um alunos, mas a Resolução do Conselho de Ministros não trazia só isto, trazia isto e muito mais e o muito mais naquilo que diz respeito ao nosso País era a questão da fusão dos agrupamentos. Indo por partes, quanto à questão do encerramento das escolas isso tem vindo a acontecer na nossa rede escolar, nomeadamente no 1.º Ciclo, tem vindo a acontecer de forma gradual e já muito antes de haver reformas emanadas do Governo nessa matéria, a Carta Educativa, a Comunidade Escolas, trabalhando com a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, foram procurando otimizar os recursos, melhorando a qualidade do ensino e algumas escolas foram encerrando. E, portanto, este ano também vai acontecer, já estava previsto, mas sem turbulência, devidamente explicado, programado no terreno com toda a comunidade. Sobre essa matéria, deixem-me dizer-vos também que seguramente se fizéssemos aqui um inquérito dentro desta sala, também aqui não íamos conseguir atingir a unanimidade sobre esta matéria, porque do ponto de vista pedagógico nós vamos lendo e ouvindo e recebendo as mais diversas posições sobre o que é que deve, o que é que não deve, o que é que um pensa, o que é que o outro pensa. Isto não tem a ver com ideologias político-partidárias, nada disso, porque reparem ainda mais recentemente a Senhora Ministra da Educação a Dra. Maria de Lurdes Rodrigues defendia que os agrupamentos escolares deviam ter mil e quinhentos alunos. O Governo é do mesmo Partido, é o Governo do Partido Socialista, houve eleições, é verdade, e mudou a Ministra e também mudou aqui a Senhora Directora Regional do Norte e o mil e quinhentos já não conta para nada, o que conta agora é três mil. Portanto, não tem a ver com a ideologia, são aquelas coisas que não deviam mudar com os Partidos, mas estamos a falar do mesmo Partido e estamos a falar de uma alteração que é uma alteração que de alguma forma tem impacto no dia-a-dia das escolas. E, portanto, vamos a essa alteração que é a questão da fusão dos agrupamentos. Houve quatro reuniões até ao momento, houve mais depois nas escolas, houve agrupamentos de escolas que reuniram o Conselho Escolar e houve outras que optaram por não o fazer. Houve uma primeira reunião na DREN, em que estive eu e o Senhor Vereador Isidro Figueiredo, mas que fomos lá para falar de outras coisas, nomeadamente rede do 1.º ciclo e que o Senhor Director Regional disse “nós se calhar vamos ter que voltar a falar, porque hoje vai haver Conselho de Ministros e prevêem-se alterações, não é só no fecho das escolas”, mas o Senhor Director Regional não sabia também muito bem o que é que aquilo ia dar, porque as negociações durante a semana tinham sido diversas e tinha havido várias versões, mas informalmente foi-nos dito “se calhar pode haver”, mas também nos foi dito “eu acho que em Oliveira de Azeméis não vai haver nada”. Ficou assim, informalmente. Depois já durante essa semana, de um dia para o outro, do final da tarde para a manhã do dia seguinte, todos os Directores das Escolas foram

chamados ao Porto, à DREN, só os Directores das Escolas, não foi a Câmara Municipal, onde foi comunicado pelo Senhor Director Regional a vontade em fundir os agrupamentos. Há uma terceira reunião, em que o Senhor Secretário de Estado da Educação vem a Aveiro, ao Governo Civil, onde convoca todos os Senhores Presidentes de Câmara, eu não estive presente, eu estava em Bragança na reunião do Conselho da Região por causa dos Fundos Comunitários e do QREN, mas foi o Senhor Vereador Dr. Isidro Figueiredo, onde o Senhor Secretário de Estado disse “nós vamos querer implementar a reforma, vamos querer fazer a fusão dos agrupamentos e, portanto, os senhores entendam-se.” Escolas, DREN, no caso de Aveiro é da DREC, porque também há escolas que é da Direcção Regional da Educação do Centro e Autarquias “os senhores vão ter que se entender, porque nós vamos querer fazer esta reforma.” Depois há uma quarta reunião, entre a DREN, as Escolas e a Câmara Municipal, que se realizou esta semana e que foi uma reunião que eu reputo de extraordinariamente positiva. A Câmara Municipal teve a oportunidade de pela primeira vez de expressar qual é que era a sua posição sobre a matéria. A primeira coisa que nos preocupava, fundamental e da qual não prescindíamos, a qualidade do ensino. Qualquer reforma no ensino tem que ser a pensar no aluno, não pode ser nem numa perspectiva economicista, tem que ser a pensar na qualidade do ensino. A segunda questão que colocamos, era o reforço da identidade territorial do concelho de Oliveira de Azeméis. Porquê? Porque a história diz-nos que se nós não trabalharmos nesta identidade territorial, podemos continuar a assistir a alguma “fuga” de jovens, nomeadamente de acesso ao ensino secundário, para concelhos vizinhos e devemos obviamente criar condições para evitar que isso aconteça. Como é que isso acontece? Se tivermos escolas de qualidade, se tivermos uma rede de transportes melhor do que a que temos hoje, temos que reconhecer não só transportes escolares, mas transportes, acessibilidades entre as freguesias e a sede do concelho, mas para nós era fundamental. Uma terceira questão, que colocamos em cima da mesa, é que a haver alguma alteração nos agrupamentos escolares, todos os agrupamentos tinham que fazer parte desta reforma e não podia haver agrupamentos que ficassem de fora. Porquê? Já agora só uma informação de pormenor, nesta reunião na DREN com as escolas, a tal segunda reunião de que eu vos falei, há uma escola de Oliveira de Azeméis, um agrupamento, que não foi à reunião, foi o Agrupamento do Pinheiro da Bemposta, porque na primeira perspectiva de fusão de agrupamentos, a Direcção Regional achava que o Pinheiro da Bemposta devia ficar sozinho e nós dissemos “não faz sentido fazer qualquer reforma deixando algum agrupamento de fora e, portanto, a fazer-se alguma reforma todos têm que estar”. Depois numa segunda versão, porque houve várias versões, também houve a possibilidade do Agrupamento de Cucujães ficar também sozinho. Nós colocamos estas questões logo em cima da mesa no início da reunião, depois todos os Directores das Escolas tiveram a oportunidade de falar, alguns mandatados pela comunidade escolar, com a qual tinham reunido, outros não, outros disseram que não sentiram necessidade de fazer essa reunião interna, mas expressaram a sua posição. Houve também aqui uma questão que queria partilhar convosco, que da nossa parte, da nossa intervenção inicial, dissemos que havia uma fusão de agrupamentos que nos parecia uma fusão natural, que era a fusão do

agrupamento da Escola Preparatória Bento Carqueja com a Escola Secundária Soares de Basto, aliás o projecto que aí vem, que está a ser feito pela Parque Escolar aponta nesse sentido, ou seja, tirar o muro que separa as duas escolas, como sabem elas têm continuidade territorial, deitar o muro abaixo e deitar muitas outras coisas abaixo, ninguém me pediu a opinião, mas vão deitar muita coisa nova abaixo e vão fazer muita coisa nova também, mas esta era uma fusão de agrupamentos que era a tal fusão natural. Ao que foi dito depois ao Senhor Director Regional também é que valia a pena ponderarmos se este era o momento certo para fazer esta reforma. Porquê? Porque estamos a poucos dias do início do novo ano escolar, em algumas escolas estamos na fase de exames escolares, noutras escolas já fechou mesmo o ano escolar e, portanto, não é este o momento, quando já se estão a preparar novas turmas, etc., de fazer as fusões. E, portanto, a Câmara Municipal sugeriu ao Senhor Director Regional de Educação que das duas uma: ou se fazia por fases, ou nós pedíamos que a reforma dos agrupamentos no concelho de Oliveira de Azeméis só entrasse em vigor no ano escolar de 2011/2012, portanto que até lá as escolas se organizassem para se enquadrarem com a legislação em vigor e a legislação em vigor aponta claramente para a concentração dos agrupamentos. Portanto, meus caros, vai ser inevitável a fusão de agrupamentos, agora vamos ter tempo para a fazer, de forma responsável e sem criar nenhuma instabilidade no início do ano escolar. O compromisso que ficou assumido foi, por proposta da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, que até Abril de 2011 este dossier estivesse fechado. Para quê? Para que o ano escolar 2011/2012 comece de forma tranquila e os professores, os alunos e os pais saibam o que é que vai acontecer. Mas também estou autorizado a comunicar à Assembleia Municipal, na sequência das perguntas que me fizeram, não há encerramento de nenhuma escola, não há encerramento de nenhum serviço, inclusive serviços administrativos, haverá sempre um responsável em cada escola, mesmo que o Director do Agrupamento não esteja nessa escola e não há também, eu estou a ler com todo o cuidado o que o Director Regional disse, não há concentração por ciclos de escolaridade. Porquê? Constava-se aí que até uns certos anos ia tudo para uma escola, depois os outros anos ia tudo para outra e os outros anos para outra. Não vai haver nada disso. Disse o Senhor Director Regional também que não vai haver despedimentos, nem de professores, nem de funcionários. O que ele disse foi, obviamente, que o número de professores contratados, tendo em conta o existirem hoje nove agrupamentos, cada agrupamento tem direito a cinco professores na gestão, nove vezes cinco dá quarenta e cinco, se passarmos a ter três agrupamentos passam a ser quinze, quinze para quarenta e cinco há trinta, trinta professores voltam a dar aulas e, portanto, há trinta contratados, esses que obviamente não têm espaço na Escola. Reparem: a contra-informação, deixem-me dizer-vos isto que é importante, que a partir desta reunião na DREN com os Directores das Escolas se instalou no Município é uma coisa do outro mundo. Quase todos os Presidentes de Junta envolvidos me telefonaram aflitos porque a escola ia fechar, os Directores das Escolas aflitos porque não sabiam o que é que lhes ia acontecer e nós não tínhamos informação e procuramos saber essa informação. Queria-vos dar todas estas informações com este rigor, preparando-vos para o

seguinte: como qualquer reforma, seja em qualquer sector, em Abril de 2011 não vão estar todos contentes, porque para estarem todos contentes é ficar tudo como está e não vai ficar. Porquê? Porque a Resolução do Conselho de Ministros é para cumprir e, portanto, é bom que as pessoas se preparem para isto, mas que também ninguém perca aquela que é a nossa preocupação principal, que é a qualidade do ensino e os alunos, porque também se percebeu que havia muita gente a pensar em quase tudo menos nos alunos e isto foi dito pelo Senhor Director Regional. Meus caros, é evidente que não havendo tantos directores, nem tantas direcções nos agrupamentos, aqueles que perderem a direcção vão ficar insatisfeitos. E eu vou citar o Senhor Director Regional, que ele disse: “é a vida”, dizia ele para os Senhores Professores. O que ficou combinado, só para terminar Senhor Presidente, peço desculpa de me ter alongado mas julgo que era importante porque isto mexe com todo o concelho, ficou combinado o seguinte: a haver reforma, e ela vai haver, engloba todos os agrupamentos do município, ninguém fica de fora. Depois há a necessidade de perceber e de se decidir, não é a Câmara Municipal mas é a Câmara Municipal, os Agrupamentos e a Direcção Regional onde é que funcionam os cursos do secundário, nomeadamente até ao 12.º ano, porque há várias propostas em cima da mesa: Escola de S. Roque/ Nogueira do Cravo, hoje funcionam turmas em Fajões e há depois a Escola Dr. Ferreira da Silva em Cucujães e, portanto, são várias as questões que estão em cima da Mesa, o Senhor Director Regional conhece-as bem e temos até Abril de 2011 para que se possam afinar as questões relativamente a essa matéria. E ficou também, que é a única coisa que ainda falta, ficou de ser feita uma acta pela Direcção Regional de Educação do Norte que vai correr os nove agrupamentos e a Câmara Municipal para ser assinada por todos, para que depois em Abril de 2011 ninguém se lembre de dizer o seguinte: “está aí quase o início do ano escolar, não vamos fazer” e, portanto, o compromisso é cumprir com a reforma, mas cumprir de forma responsável, sem precipitações e a pensar acima de tudo no aluno. Peço desculpa, Senhor Presidente, mas ainda falta a questão da água e do saneamento. Eu percebi logo que o Senhor Amaro não ia resistir e não ia só convidar-nos para ir à sessão da saúde, porque senão ele não dormia descansado se não falasse no saneamento. É um problema, não é um problema do Senhor Amaro, é um problema de todos, e não é um problema de S. Roque e de Nogueira do Cravo, é um problema do concelho. E, portanto, quero-vos dizer que aquele que é o nosso compromisso estratégico e é um compromisso para cumprir no concelho de Oliveira de Azeméis, é atingir os 100% nos próximos anos. Eu bem sei que há muita gente que desconfia, que há muita gente que não acredita, agora aquilo que eu vos quero dizer é que desde que fomos eleitos ainda não paramos relativamente a essa matéria. Eu também sei que há gente que fala de forma clara e objectiva que quer isso, mas depois no fundo reza para que não aconteça nada, mas com esses nós podemos bem, esses só nos dão força. Mas dizer-vos o seguinte: eu não gosto muito de citar o Eng.º José Sócrates, mas vou ter que o citar e o Senhor Eng.º José Sócrates há tempos dizia, e diz e repete ainda hoje de manhã que “o mundo mudou”. Eu não vou dizer aqui que o mundo mudou, mas também fico muitas vezes surpreendido com algumas reacções relativamente a esta matéria, porque é preciso perceber

que há mudanças e nesta matéria houve várias mudanças e estão a haver mudanças neste momento. Sabem porquê? Porque o Governo decidiu afectar no ciclo urbano da água milhões de euros a uma empresa chamada “Águas de Portugal”, em que os municípios aderiam às “Águas de Portugal” e depois as “Águas de Portugal” é que iam depois fazer a obra. Aos mais corajosos eu desafio a perguntarem e a procurarem a taxa de execução destas tais obras das “Águas de Portugal”. Era importante perceberem isso. Depois há legislação nesta matéria que mudou e somos alertados, quer pelas empresas que trabalham no sector, quer pela banca, quer pela própria Associação Nacional de Municípios que “atenção às decisões que venham a ser tomadas, porque relativamente à execução sobre estas matérias o País tem uma meta a atingir, mas há muitas questões que ainda estão em aberto” e dizem “não se precipitem”. Não há um modelo ideal, há quem defenda a questão da concessão, há quem defenda a questão da parceria público-privada e há quem defenda a adesão ao sistema das “Águas de Portugal”. E, portanto, meus caros, às vezes vale a pena esperarmos mais um mês ou menos um mês, mas tomarmos uma decisão porque é uma decisão que nos vai comprometer durante os próximos anos e é isso que temos vindo a fazer. Nós já tivemos a solução final pronta duas vezes e agora não queremos tomar uma decisão que comprometa o futuro dos Oliveirenses. Queremos cumprir com aquele que é o nosso compromisso, agora isto é uma coisa de muita responsabilidade e, portanto, não vale a pena só para estar a querer satisfazer o capricho de alguns ou para estar a querer fazer riscos sobre as questões no nosso programa eleitoral, temos que ser responsáveis e estamos cá para assumir as nossas responsabilidades. E, portanto, dizer-vos que muito brevemente estaremos aqui a discutir de forma clara, objectiva, esta matéria. E ainda hoje de manhã houve reunião de Câmara, não para falar sobre isto, mas o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal teve uma reunião com entidades ligadas ao sector, porque sobre esta matéria nós estamos todos os dias a receber mais isto, mais aquilo e temos também uma oportunidade que é aprender com os erros que os outros cometeram e não os cometermos. Há uma coisa também, meus caros, que é muito importante que seja dito, é que nós queremos mandar na tarifa e não queremos que aconteça aquilo que acontece e que nós lemos nos jornais e estamos a ler quase em todos os jornais, e muitos municípios que aderiram a alguns sistemas em que a água de um momento para o outro aumentam desalmadamente e a Câmara Municipal não pode fazer nada. Nós não queremos ir por aí. Nós queremos sempre controlar e isso pode-nos custar o quê? Mais anos nomeadamente se for numa concessão, mais anos de concessão, mas não queremos prescindir dessa questão que eu acho que é relevante, que é “mandarmos” no preço da água e no preço dos resíduos. E, portanto, como vos digo muito brevemente estaremos aqui, se calhar Senhor Presidente da Assembleia Municipal terá que ser feita mesmo uma Assembleia Municipal, só para discutir essa matéria, porque é muito importante, é estruturante para o Município, mas não vale a pena tomarmos decisões precipitadas. Muito obrigado. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====

===== Tenho a informar que já passam dez minutos do tempo concedido para o “Período de Antes da Ordem do Dia”. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse: =====

===== Senhor Presidente, o Senhor Deputado Ricardo Bastos, se me permite, está-me a apontar o dedo e eu peço desculpa se me excedi nas explicações, mas eu acho que valia a pena, sem nenhum problema, para percebermos esta matéria da educação e da água. Mas, se for preciso eu respondo telegraficamente. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor José Campos, do PSD. =====

===== Muito boa tarde a todos. Sábado passado, dia 19 de Junho, celebrou-se o primeiro aniversário do Centro Lúdico. No momento de efectuar o balanço sobre o primeiro ano de actividade, é de realçar a função e o sucesso do Centro Lúdico junto da nossa população. Mais de dezasseis mil utilizadores em apenas um ano demonstram o sucesso do Centro Lúdico. É sem dúvida um bom exemplo daquilo que de melhor se faz em Oliveira de Azeméis. Através das inúmeras actividades lúdicas, educacionais e de conhecimento que são programadas e realizadas, o Centro tem conseguido com muito sucesso sensibilizar todos, desde as crianças aos jovens e também aos responsáveis educativos, para a importância de se brincar, de se ler, de as crianças, e acrescento não só as crianças, aprenderem de um forma divertida, alegre e empenhada. Em apenas um ano, o espaço tornou-se uma referência, sobretudo para as crianças de Oliveira de Azeméis que têm neste espaço uma oportunidade excelente de através de actividades lúdicas, pedagógicas e culturais aprenderem, conviverem com outras crianças, partilharem experiências e brincarem. Um bem-haja a todos os responsáveis pelo sucesso do Centro Lúdico. Este sucesso torna-se um desafio, porque apesar do sucesso até agora alcançado e reconhecido por todos é importante que os impulsionadores do Centro Lúdico não se acomodem. O desafio consiste na procura constante de novas actividades, novos conceitos e novas formas de desenvolverem a sua actividade junto da população, permitindo assim continuar a cativar pessoas para os seus espaços e acções. O Centro Lúdico deverá ser, por muitos e bons anos um exemplo em Oliveira de Azeméis daquilo que de bom é feito no nosso concelho. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor José Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Fajões. =====

===== A minha vinda aqui tinha de facto dois objectivos. Penso que um deles já falaram dele, o outro seria para vos transmitir que apesar das grandes dificuldades que a Junta de

Freguesia de Fajões herdou, quiçá das maiores do concelho, tem vindo a cumprir o seu programa, nomeadamente cultural, levando a cabo eventos no seu Centro Cívico, usando e valorizando aquele espaço nas margens do Rio Antuã, onde foram realizados vários eventos, como por exemplo os Cravos de Abril, a Festa da Família e mais recentemente uma semana cultural, que se traduziu num sucesso pleno, com a participação de artistas e grupos da nossa região, do nosso concelho, da nossa terra, isto é, com a prata da casa. O segundo facto, era manifestar a nossa enorme preocupação por causa deste reagrupamento, o Senhor Presidente da Câmara Municipal já deu algumas explicações e eu queria apenas lembrar algumas coisas. É que a Fajões não tem chegado de facto boas notícias, nem a Via do Nordeste lá chegou e, portanto, já houve tentativas de fazerem algumas experiências com Fajões, nomeadamente na saúde que começou também por lá e a nossa preocupação era bastante grande. Penso que não somos cobaias, Fajões tem uma escola com o secundário e, portanto, deveria ser preservada. Acho que com a pressa que a Senhora Ministra está a tentar incentivar estas coisas, ou está para fugir ou quer-nos deixar por terra. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Fernando Pais, do PS. =====

===== A minha intervenção vai ter três aspectos essenciais e o primeiro não é propriamente uma interpelação, é uma indignação quase e eu queria falar, em primeiro lugar, dos estaleiros municipais. Os estaleiros municipais e para quem não esteve cá nos últimos mandatos, em 2004 sensivelmente, pelas minhas notas em Setembro de 2004, foi aprovada a alienação dos estaleiros municipais a uma entidade privada e acto contínuo foi feito um contrato de arrendamento desses mesmos estaleiros. O que acontece é que já na Assembleia Municipal de 30 de Julho de 2005, onde foi aprovada essa venda, o Senhor Dr. Ricardo Tavares, e bem, na altura disse-nos :“bom, os Senhores estão preocupados, nós vamos vender os estaleiros, vamos fazer depois um contrato de arrendamento”, mas na altura também disse “bom, a mudança de instalações, esta alteração não implica grandemente uma alteração até da situação financeira, porque nós vamos arranjar uma alternativa, a Câmara tem alternativas onde possa instalar o seu estaleiro e as suas oficinas, sem estar a comprar nada, sem estar a pagar renda”, na altura mais ou menos era o teor da intervenção, creio que o Dr. Ricardo Tavares se lembrará bem destes factos, embora possa não se recordar de tudo obviamente. Mas na altura a ideia que nos foi dada, significaria que aquele espaço seria alienado na altura por um milhão e cem mil euros e que a Câmara Municipal encontraria um espaço próprio para instalar os estaleiros sem grande esforço financeiro. O problema é que a situação foi avançando, as rendas foram de facto pagas entretanto por este período de tempo. E parafraseando ali também o Dr. Miguel Portela que, e bem, quando fala na questão económico-financeira da Câmara, faz sempre uma analogia com a nossa economia doméstica, o que a Câmara Municipal fez foi vender um bem que tem, por um determinado preço que estipulou com

o comprador, tomou-o de arrendamento e volvidos cinco anos, cinco anos e qualquer coisa, o que é facto é que a Câmara Municipal já gastou em rendas metade do valor pelo qual recebeu em termos de contrato de compra e venda. Parece-me que de facto o PS tem alguma razão quando fala nalgum despesismo e nalguma falta de despesas de investimento, quer dizer isto tornará uma despesa corrente, a situação vai-se protelando e daqui a dez anos o que é que acontece? Acontece que a Câmara Municipal vendeu um bem e já o pagou integralmente. Bom, na altura para o problema que está aqui teria sido importante analisar outro tipo de negócio de alienação, por exemplo, fazer um leaseback bancário por hipótese, com opção de compra durante um determinado prazo, mas o que é facto é que volvidos cinco anos após a venda do património, pouco mais de cinco anos, nada foi feito e a autarquia já gastou metade do valor recebido, no pagamento avultado das rendas, avultado a expressão é minha, porque entendo que as rendas de facto são avultadas, que resultaram no arrendamento do edifício que havia alienado. A Vereação do PS já fez uma proposta, proposta essa que eu venho aqui reafirmar, é óbvio que não me será dada nenhuma solução para o caso, mas de facto eu reafirmo a proposta que a Vereação do Partido Socialista fez na altura, que é exactamente que a autarquia instrua os seus serviços para que de uma vez por todas verifique se existe no seu património municipal algum terreno na sua propriedade, com características adequadas para a instalação desse equipamento e que caso não exista se inicie um processo de aquisição de um terreno devidamente localizado para o efeito para que finalmente se inicie o processo de construção dos tais estaleiros municipais. Portanto, Senhor Presidente, a minha sugestão é que o Senhor corte nas despesas correntes tendo em vista as despesas de investimento que certamente serão aquelas que criarão uma maior desenvolvimento e um maior acervo patrimonial para a autarquia. Posto isto, eu gostaria também de falar de uma outra questão, eu não me queria alongar, teria aqui muita coisa para fazer e eu vou fazer um esforço de alguma contenção verbal, sem obviamente fugir àquilo que é essencial. A segunda questão que eu queria falar, a questão do Centro de Acolhimento Empresarial de Loureiro. Nós temos aqui o Presidente da Junta de Loureiro e de facto aquilo que o PS entende é que aquilo é um projecto nobre, é um sítio digno, que depois de infra-estruturado é um local aprazível e um local acolhedor. Mas estas questões do Centro de Acolhimento Empresarial têm a ver também com o preço final ao público, isto é, as coisas podem estar muito bem feitas mas o preço de cada um dos terrenos para ali as pessoas instalarem a sua unidade fabril ou comercial pode não ser atractivo. E de facto há aqui uma coisa que eu ainda não falei nesta Assembleia, mas de facto nós Partido Socialista ficamos um bocado constrangidos ou incomodados porque havia uma proposta de deliberação também da Vereação Socialista, no sentido de se criar um centro de incubação das empresas e de facto nós entendemos que este processo de centro de incubação das empresas serviria até de alguma forma para regular e moderar este aspecto do investimento neste centro de acolhimento empresarial. E aí eu ponho já neste ponto algumas questões ao Senhor Presidente, nomeadamente sobre o que é que a autarquia, sobre o que é que o Executivo pretende fazer neste centro de acolhimento empresarial? Para quem não sabe, os terrenos não são da

autarquia, são dos privados. Qual é a metodologia que a Câmara Municipal quer seguir? Sabemos quantos é que são os proprietários? Já foi falado com os proprietários no sentido deles alienarem o terreno? Será essa a forma de actuação? A forma será um outro modelo que passará pela posse administrativa? Ora bom, qual será a estratégia utilizada pela Câmara Municipal para promover e oferecer a urbanização desses terrenos? Ou então deixemos o mercado funcionar. Eu digo isto por causa do seguinte: é bom que a Câmara Municipal e o Município pondere este tipo de investimento porque muitas vezes estamos a criar um espaço bonito, acolhedor, por vezes até simpático, com boas acessibilidades, mas o preço final será um preço não atractivo. Eu queria saber se de facto já foram feitos alguns estudos no sentido do que já foi feito, no sentido do Município de Oliveira de Azeméis poder oferecer aos investidores, quer Oliveirenses quer fora de Oliveira de Azeméis, no sentido de instalação cá das suas unidades industriais e comerciais. Um outro aspecto que queria ver esclarecido, este é o último, tem a ver com o projecto QREN que foi entregue relativamente à Fundação La-Salette. Não há dúvida que nós temos ali um activo que no entendimento do Partido Socialista está a ser muito pouco rentabilizado, muito mal explorado e permita-me dizer, Senhor Presidente, que aquilo é mais uma confusão de ideias do que uma organização, no sentido de promover a dinamização do Parque de La-Salette, mas desde logo parece-nos, a nós, que este projecto QREN não abarcará dois aspectos que nós consideramos essenciais no sentido da dinamização desse espaço, que é o conjunto da estalagem e o complexo das piscinas. Nós entendemos que aquilo ali é quase como um elefante branco que urge dinamizar. Neste sentido, eu gostaria de saber da voz do Senhor Presidente da Câmara ou de algum Membro do Executivo, se de facto o projecto QREN abrange ou não abrange essa questão do conjunto da estalagem e do complexo das piscinas, porque independentemente da abrangência ou não do projecto nós entendemos que deverá ser feita uma dinamização, se calhar até público-privada, no sentido de rentabilizar esses espaços. Nós entendemos que se deve promover, a exemplo do que a vereação socialista também fez, um conjunto de ideias para a recuperação e valorização da Estalagem S. Miguel, com um programa atractivo e estimulante para esse conjunto de ideias, que seja devidamente publicitado e divulgado para que se verifique uma forte adesão ao nível da participação dos concorrentes quer individualmente, quer através de entidades colectivas. Obviamente o Senhor Presidente da Câmara aqui irá responder na qualidade de Presidente de Câmara e não na qualidade de Presidente da Fundação La-Salette e eu queria também alertar o facto de que isto é uma questão que se tem que dinamizar, é uma questão que tem que ultrapassar algumas questões menos claras e de facto a situação como está não é uma situação tranquila, nem é uma situação que nos deixa descansados. Muito obrigado. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Dr. António Rosa, do PSD. =====

=====
 ===== Boa tarde. Antes da minha intervenção propriamente dita e do motivo que me traz aqui neste “Período de Antes da Ordem do Dia”, eu queria aproveitar a intervenção de há pouco, e que já teve o devido seguimento por parte do Senhor Presidente, do Senhor Ramos só para chamar a atenção de um outro aspecto. De facto já foi falado aqui na Assembleia Municipal por diversas vezes, a perturbação provocada pelo painel junto ao palacete, aproveitava que o Senhor Presidente referiu também que iria voltar a insistir junto da entidade responsável, que há um outro também junto ao Pingo Doce, na Zona Industrial, que é também gerador de grande perigo, a entrada na Rua da Indústria, cuja responsabilidade creio que é diferente, que é de maior dimensões, é a sinalética da Zona Industrial, mas que de facto urge retirar, creio que inclusive um destes dias aconteceu lá um acidente provocado por isso. O tema que me trás aqui é um tema que já foi abordado por diversas vezes nesta Assembleia. Felizmente nas intervenções anteriores foi aqui levantado como um problema e eu hoje rejubilo pelo facto de o trazer aqui como uma solução, refiro-me ao acordo que foi alcançado entre as freguesias de Fajões e de Cesar, recentemente, a respeito dos limites administrativos, limites geográficos e na sua sequência a viabilização também do acordo relativo à toponímia das ruas meeiras entre as duas freguesias. Sabemos que se trata de uma matéria muito sensível e com uma longa história. Sabíamos também que por isso mesmo seria imprescindível uma dose de bom senso e de sentido de estado entre aqueles que seriam os intervenientes para alcançar a solução. Felizmente, pelo que sabemos, os Senhores Presidentes da Junta de Freguesia de Fajões e de Cesar sentaram-se à mesma mesa, dialogaram e alcançaram o referido objectivo. Pode parecer uma situação menor para os menos atentos, mas que cremos merecedora de um destaque, isto porque está finalmente definida a limitação entre estas duas freguesias e por outro lado as ruas comuns destas freguesias que até há bem pouco tempo tinham a situação caricata de em alguns casos terem duas designações diferentes, uma para cada freguesia em cada lado da rua, também aqui o acordo alcançado permitiu que os cidadãos, quer os moradores, quer aqueles que por lá passam, se possam referir a cada rua com uma designação comum. E a freguesia de Fajões também, na sequência disto, tem finalmente uma toponímia que se encontra legalmente aprovada. No final deste longo processo apraz-nos registar que não há vencedores, nem há vencidos, há sim uma população, a população local, que está melhor servida. Estamos certos também, importa aqui registar e referir, que todos seguramente e sem excepção saberão respeitar no terreno este trabalho sério e responsável, feito de acordo com a Lei e acima de tudo com bom senso. Muito obrigado. =====

=====
 ===== Para dar resposta às intervenções anteriores o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.

=====
 ===== Quanto à questão que foi levantada pelo Senhor José Campos relativamente ao Centro Lúdico, que centrou e focou muito a sua intervenção na questão das crianças, na infância, mas dizer que aquele é um espaço único, é um espaço inter-geracional. Deixem-me

dizer-vos mesmo que quem nunca lá entrou, eu faço uma vez mais o convite: visitem o Centro Lúdico e não tenham vergonha, não tenham medo de dizer bem daquilo que lá está. Quem cá vem de fora fica completamente surpreendido com aquilo e dá os mais rasgados elogios a quem teve a ideia e a quem coordena o espaço e é justa aqui uma palavra para a coordenadora daquele espaço, a Dra. Ângela Azevedo, e também para a Vereadora que tem a responsabilidade, que eu costumo a dizer que é a “menina dos seus olhos”, aqui a Vereadora Dra. Gracinda Leal. A sério, não tenham preconceitos de irem lá e dizerem bem, porque eu também percebo que se lá vão é impossível saírem de lá e dizerem mal. E ainda no sábado a Senhora Adjunta do Senhor Governador Civil, a Dra. Liliana, que eu espero que ela não tenha sido repreendida depois por ninguém, foi lá, viu aquilo e fez uma intervenção e elogiou e disse “eu nunca vi uma coisa destas, estão de parabéns, é uma coisa fantástica”. A Senhora Dra. Dulce Rocha, Presidente do Instituto de Apoio à Criança, foi lá e disse “eu nunca vi um espaço como este, é um espaço único, parabéns, fantástico”. Há pessoas que são profissionais do pessimismo, está sempre tudo mal, andam todos deprimidos, tristes, do quanto pior melhor, vão ali ao centro Lúdico, passem lá um bocadinho, cinco minutos, dez minutos, não é muito e depois cheguem cá fora e digam “isto é bonito, isto é bom, isto faz bem às crianças, Oliveira de Azeméis é diferente”. Agora se for uma coisa má eu sei que vai muita gente a correr para lá e depois vir aqui à Assembleia Municipal e a escreverem noutros sítios essas coisas. Eu acho que há pessoas que falam que nunca lá foram, porque se lá forem são incapazes, eu repito são incapazes de não dizer bem daquilo e não é dizer bem da Câmara, não quero que digam bem da Câmara, digam bem de Oliveira de Azeméis. Aquilo é um espaço único, meus caros, e ainda nesta passagem do primeiro aniversário isso ficou bem claro. Quanto à questão do Senhor José Santos sobre a semana cultural, dizer-lhe que foi também uma excelente iniciativa, aliás o nosso concelho tem essa particularidade. É um grande concelho, tem dezanove freguesias e tem dezanove freguesias empenhadas em valorizar a cultura do nosso concelho e Fajões foi um excelente exemplo, uma semana cultural de excelência. Feita com quem? Com artistas da casa, com prata da casa, gente de Oliveira de Azeméis, porque nós temos muito talento em Oliveira de Azeméis, muito mesmo e é bom que se lhes dê oportunidade, aliás há também essa mesma preocupação mesmo na programação cultural da cidade, ainda agora nos próximos tempos vão ver os Celtibéria, os Trocopasso, os Rangers, são grupos musicais de Oliveira de Azeméis, aos quais nós damos oportunidades de fazerem concertos para mostrarem o seu trabalho, o seu talento e é interessante valorizarmos aquilo que é nosso e nesse aspecto queria dar os parabéns ao José Santos, bem como a todos os Presidentes de Junta pelo esforço tremendo que fazem na valorização cultural do concelho. Quanto à intervenção profunda do Senhor Deputado Fernando Pais, ela merece aqui obviamente bastantes comentários porque ela foi muito profunda. Serviu aqui um pouco de eco socialista, ou seja, aquilo que é discutido nas reuniões de Câmara quinzenalmente o Senhor Deputado Fernando Pais veio aqui transformar em eco para os Senhores Deputados Municipais. Para nós não foi muita novidade, pelo menos para mim. Aquilo que mais me chamou a atenção foi esta indignação e as palavras são do Senhor

Deputado Fernando Pais, que ele mostrou e deixe-me dizer-lhe que a sua indignação é selectiva, porque eu nunca o vi indignado com a discriminação que o Norte tem relativamente às SCUT's e às portagens; eu nunca o vi indignado com o corte que o Município de Oliveira de Azeméis teve através do PEC de seiscentos mil euros, sobre isso nada, não há indignação. Olhe, eu estou indignado; Eu nunca o vi indignado sobre o encerramento da construção da auto-estrada de Oliveira de Azeméis a Coimbra, que cria aqui constrangimentos enormes à freguesia de Travanca e à freguesia do Pinheiro da Bemposta; eu nunca o vi indignado com um conjunto de outras questões que não são para aqui chamadas, mas que dizem respeito às questões políticas. A sua indignação é mesmo muito selectiva, ou seja, o Senhor indigna-se com a questão da despesa da Câmara, pois é Senhor Deputado Fernando Pais, vamos lá à despesa da Câmara e aos cortes e à redução que têm vindos a ser feitos ao longo dos vários anos e aí o Senhor não pode, permita-me dizer-lhe e permita-me discordar de si, o Senhor não pode dizer que está indignado, porque se o Senhor comparar os níveis de despesa da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis de 2002 a 2005 e de 2006 a 2009 a redução da despesa anda em dez milhões de euros. E o Senhor aqui não vem cá dizer nada “parabéns, reduziram dez milhões de euros”, não, o Senhor está indignado e é como lhe digo é selectiva a sua indignação. E relativamente aos estaleiros, é preciso dizer-lhe quando o Senhor falou do Senhor Deputado Ricardo Tavares, é que o Senhor Dr. Ricardo Tavares nessa intervenção convinha-lhe ter dito que era Deputado Municipal, não era Vereador, mas não disse. O Senhor não disse, deixou no ar, e defendeu na bancada do PSD uma proposta da Câmara Municipal. E deixe-me dizer-lhe o seguinte sobre os estaleiros: eu também vou ver a sua coerência quando aqui vier a proposta para a resolução dos estaleiros da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, porque neste momento e está no nosso programa eleitoral, nos andamos à procura de um terreno, andamos à procura de um terreno que até pode ser a custo zero e eu depois quero ver a sua coerência também quando vier aqui a solução para o problema. Nós temos que olhar para a despesa de uma forma global e não a tal despesa selectiva porque eu estou-lhe a falar de redução e o Senhor sabe que é verdade esta redução e o Senhor dir-me-á “mas é uma redução pequena”, mas ouça é uma redução que nós temos que ir fazendo para depois também poderem os Membros da Assembleia vir aqui dizer que foi feito isto, foi feito aquilo. Nós não queremos que nos dêem os parabéns, sabe porquê? Nós não fazemos mais do que a nossa obrigação. Nós não resolvemos a questão do tapete da Rua do Cruzeiro para o Senhor Ramos vir cá nos dar os parabéns, não, nós resolvemos o problema da Rua do Cruzeiro porque ela estava miserável e precisava de ser resolvida, como resolvemos o problema do Centro Vidreiro, como resolvemos a Banda da Música, como vamos resolver a água e o saneamento, mas não é para nos darem os parabéns meus caros, dá-nos os parabéns a nossa família quando nós fazemos anos. Nós quando estamos investidos destas funções é para dar o nosso melhor, é para darmos tudo aquilo que pudemos e que sabemos para melhorar a qualidade de vida dos Oliveirenses e não é para alguns, e é a segunda vez e eu já começo a ficar preocupado, é a segunda vez que vou citar o Eng.º Sócrates, não é como alguns, que ainda hoje o Eng.º Sócrates de manhã disse “algumas pessoas quanto pior melhor, só falam

das questões negativas, só falam disto, só falam daquilo. Repare, o Senhor fez uma intervenção profunda, falou da indignação que tinha com os estaleiros, falou da Área de Acolhimento Empresarial, Senhor Deputado já só faltava esta, os Senhores Deputados e eu próprio assumi esse compromisso que nenhuma empresa saía do concelho de Oliveira de Azeméis por problemas de terrenos ou por problemas que a Câmara Municipal lhes criasse para ampliação das suas instalações ou para a criação de emprego. Assumimos as nossas responsabilidades e muitas vezes sozinhos, quando reduzimos as taxas à Gestamp para não sair daqui estivemos sozinhos, quando assumimos que a Lactogal ficasse cá estivemos sozinhos e os Senhores sempre a criticar-nos e agora só faltava que os Senhores nos viessem colocar problemas com a criação de uma Área de Acolhimento Empresarial em Loureiro. O que o Senhor se calhar queria é que houvessem empresas a dizer que saiam de Oliveira de Azeméis porque a Câmara não lhes resolvia o problema, porque a Câmara não lhes deixava aumentar as instalações, porque eles queriam crescer e investir e nós não lhes arranjávamos essas questões e nós estamos cá para lhes arranjar essas situações e não se preocupe relativamente à Área de Acolhimento Empresarial de UI/Loureiro porque essa Área de Acolhimento Empresarial vai ser acarinhada e de que maneira pelo Governo da Nação, porque é neste momento um investimento estratégico da Comissão de Coordenação da Região Norte. Sabe porquê? Porque não há uma zona com tão boa localização como esta e felizmente temos toda a gente a ajudar-nos neste sentido e seguramente que também o Senhor e a Bancada do Partido Socialista nos acompanhará e nos ajudará nesta matéria, porque esta Área de Acolhimento Empresarial é importante para o Município de Oliveira de Azeméis, mas é também e foi considerada de reconhecido interesse estratégico para a Região Norte de Portugal e está a ser acompanhada pelo Governo, pelo Ministério da Economia. Muitos dos problemas e dos constrangimentos que aqui foram falados estamos a ter, e ainda bem, a ajuda do Governo Português para ter um portfólio de terrenos que possa atrair investimentos e nós estamos preocupados na fixação do investimento, porque não queremos que aconteça o que aconteceu no passado, em que empresas do Município de Oliveira de Azeméis tiveram de ir para Albergaria-a-Velha e Estarreja, por dificuldades e constrangimentos que lhe foram criados. Portanto, esteja descansado relativamente à Área de Acolhimento Empresarial, os proprietários estão todos identificados, o cadastro está feito, a candidatura a Fundos Comunitários está entregue e o estudo de impacto ambiental foi aceite. Sabe o que é recebermos uma carta a dizer assim “em conformidade”? Isto é fantástico, sabe porquê? Porque o estudo de impacto ambiental foi feito pelos funcionários da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, por aqueles que às vezes são injustamente criticados. Foram eles que fizeram o estudo de impacto ambiental e a resposta da exigente CCDR foi “em conformidade” e é bom que seja em conformidade porque ainda temos muito que fazer para que finalmente possamos ter ali uma área de excelência, uma área de referência para o Município de Oliveira de Azeméis. Relativamente à questão do QREN e à candidatura do Parque de La-Salette, é verdade que a estalagem e as piscinas não fazem parte da candidatura que foi aprovada ao QREN, não fazem. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interrompeu a intervenção e disse:*

===== *Desculpe, Senhor Presidente. Dra. Ana de Jesus, eu dou-lhe a oportunidade quando for a altura do público se quiser falar e rir-se. Depois no fim vai para a parte do público.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu novamente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para continuar a sua intervenção.* =====

===== *Não se preocupe Senhor Presidente, eu não sou perturbável. Relativamente à questão do QREN e da Fundação La-Salette, como lhe disse a Estalagem e as Piscinas não fazem parte da candidatura. Os projectos vão ser entregues na próxima quarta-feira, no dia 30 e são projectos, alguns deles, que vão revolucionar completamente o Parque de La-Salette, nomeadamente o Centro de Interpretação do Vidro e todo o núcleo histórico e a preservação daquele espaço que é para nós um espaço de excelência e que queremos obviamente melhorar. A candidatura tem dez acções e nós vamos apresentar essa candidatura com essas dez acções e vamos procurar como é evidente cumpri-las, os projectos estão prontos, muitos deles foram feitos também internamente na Câmara Municipal, para outros tiveram que ser feitos convites e a adjudicação fora. Já agora posso dizer só a título de informação que o projecto do Centro de Interpretação do Vidro, a transformação daquela que é a chamada Casa do Mateiro, está a ser feita por um conhecido arquitecto que até vos é muito familiar, o Arqt.º Gomes Fernandes, que fez na minha opinião, mas eu se calhar também sou suspeito, um excelente trabalho, apresentou uma solução fantástica em conjunto com a Universidade de Aveiro para a Casa do Mateiro e para a construção do Centro de Interpretação do Vidro. E depois há um conjunto de outros projectos, nomeadamente o novo parque de merendas, a questão de criar um espaço de estacionamento do parque e toda a requalificação do núcleo histórico são para nós fundamentais. Naturalmente, Senhor Dr., e essa também é uma preocupação que não é só sua também é nossa, que paralelamente a este investimento, temos que no decurso do investimento ter soluções para os casos que apresentou, quer o caso das piscinas, quer o caso da estalagem, aliás estão ligados. Nessa matéria nós temos já várias propostas em carteira, isto vai ser objecto de discussão e seguramente com a participação de toda a comunidade, porque a nossa ideia é manter a valência turística daquele espaço e por isso trabalhar para que a estalagem continue, agora já não há estalagens, mas que continue a ter do ponto de vista de hotelaria excelência, no mínimo as quatro estrelas que tinha quando deixou de funcionar. A conjuntura económica não nos é favorável nessa matéria, temos que reconhecer que nesta altura os parceiros, até porque a banca não ajuda, não estão muito interessados em arriscar neste momento, mas como eu lhe disse eu acho que o desenvolvimento da obra no parque pode alavancar para resolver estes problemas e vamos todos como é evidente querer encontrar uma solução, porque senão esta obra não fica completa. Reconheço a sua preocupação relativamente a esta matéria, não é só*

sua, é de todos e é extensiva também à Câmara Municipal. Sobre a última questão que foi colocada, sobre a questão da toponímia de Fajões Cesar, Senhor Presidente permita-me também e pegando na intervenção do Senhor Deputado António Rosa, dizer que foi também com particular satisfação que vimos encerrado um processo que se arrastava ao longo dos anos, nomeadamente naquelas que são as definições da fronteira e hoje quer a freguesia de Cesar, quer a freguesia de Fajões tem a sua toponímia resolvida. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi concedido o uso da palavra ao Senhor Dr. Fernando Pais Ferreira. =====

===== Senhor Presidente, eu não esperava um discurso tão inflamado da sua parte. A minha indignação prende-se obviamente com o ponto que vim cá trazer. É evidente que eu também estou indignado com outras questões, mas de facto não posso ficar silenciado quando a questão dos estaleiros dura há cinco anos. Agora, congratulo-me quando o Senhor Presidente diz que vai arranjar uma solução se calhar a custo zero. Portanto, não era preciso inflamar-se tanto, nem socorrer de outros factos políticos nacionais no sentido de resolver essa questão, dizia-me assim “Senhor Deputado, não tem problema nenhum, nós vamos arranjar uma solução a curto prazo e se calhar a custo zero.” Relativamente às outras questões, nomeadamente ao modelo empresarial e era mais neste sentido que eu vinha cá replicar, em relação ao Centro de Acolhimento Empresarial de Loureiro eu comecei a minha intervenção por louvar quer a zona, quer o nível de empreendimento urbanístico que é projectado para aquela zona. Nós não estamos em desacordo com isso, nós queremos saber é se todo o funcionamento que vai presidir àquela questão está presente, nomeadamente com reflexo directo no preço final dos terrenos, ou seja, V. Exa. diz que o Partido Socialista esteve sempre contra o acolhimento das empresas cá no nosso concelho, não é de todo verdade, V. Exa. sabe, mas o que nós queremos é de facto ter alguma racionalidade em termos de gestão para que facto o espaço seja também atractivo do ponto de vista económico-financeiro para as empresas e que não provoque fugas para outros concelhos limítrofes, que como V. Exa. sabe tem também zonas muito aprazíveis e a preços muito convidativos e competitivos também. =====

===== Após todas as intervenções e esclarecimentos dados, o Senhor Presidente da Mesa deu como terminado o “Período de Antes da Ordem do Dia”. =====

*===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)** =====*

===== Seguindo os trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, deu início ao Período da Ordem do Dia. =====

===== **Ponto um:** *Votação da acta n.º 5.* =====

===== *Presente para aprovação a acta n.º 5 - Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 26.02.2010.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Colocada à votação, a acta n.º 5 da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 26.02.2010 foi aprovada por unanimidade.* =====

===== **Ponto dois:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade e situação financeira do Município.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as actividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Essa informação foi distribuída aos Membros da Assembleia Municipal, portanto julgo que estamos em condições de dar os esclarecimentos que entenderem necessários relativamente a essa informação.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *A Assembleia Municipal tomou conhecimento da referida informação.* =====

===== **Ponto três:** *Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro – Reporte a 31 de Dezembro de 2009 (Após encerramento de Contas) – Apreciação.*

===== *Para cumprimento do artigo 6º do D.L. n.º 38/2008 e alínea c) do n.º 4 do artigo 40º da Lei n.º 2/ 2007 (Lei das Finanças Locais), foram presentes os documentos referidos em epígrafe, os quais irão ficarão arquivados em pasta anexa ao livro de actas.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

=====
Como sabem este relatório reporta à execução de 31 de Dezembro de 2009, já com os dados actualizados após o encerramento das contas e já aprovados também aqui na Assembleia Municipal de 30 de Abril. Nós já discutimos longamente estas contas, nomeadamente nesta Assembleia de 30 de Abril de 2010 e eu deixaria para se houvesse alguma questão a esclarecer, depois poder dar esses esclarecimentos.
=====

=====
Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Dr. Miguel Portela, Manuel Francisco Valente e Dr. António Rosa.
=====

=====
O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP.
=====

=====
Em relação à última prestação de contas do município não temos muito a acrescentar à nossa análise. Mantém-se evidente o aumento do endividamento a curto prazo e a diminuição do endividamento a médio e longo prazo. No fundo a tendência continua a mesma de antes da aplicação do plano de saneamento financeiro, o compromisso de reduzir o prazo de pagamento continua a não ser cumprido. Esta situação, se não existir uma reversão da situação, pode levar que daqui a algum tempo se torne necessário outro plano de saneamento financeiro que venha actualizar a situação do Município. Não estamos alheios ao facto de a desaceleração da economia que existiu em 2008/2009, que teve muita responsabilidade no agravamento da situação, que já de si era gravosa. Na execução económico-financeira é evidente a perda de receitas desde de 2009 não sendo aparentemente previsível a sua recuperação. Os proveitos tiveram uma perda de 19% (€ 2.083.760) enquanto que os custos de estruturas e investimento subiram 13,6% (€ 3.901.066) o que globalmente dá um agravamento total de quase € 6.000.000 (seis milhões de euros). O desvio de 4% (€ 1.537.773) em relação ao plano de saneamento financeiro, bem como, o prazo médio de pagamento aos fornecedores (146 dias), são por si só indicadores das grandes dificuldades da autarquia em manter um plano de saneamento financeiro com a eficácia desejada. Também ao nível das empresas municipais o panorama não é, no momento, o mais favorável. Senão vejamos, numa análise simplificada de gastos e ganhos, nas contas apresentadas pela GEDAZ já se consegue aperceber um prejuízo que augura endividamento. Contudo sentimos ser justo que se refira o grande empenho desta entidade na tentativa de captar clientes para a infra-estrutura por forma a torná-la rentável. O marketing tem sido intenso e a nosso ver esta empresa mostra vitalidade na tentativa de captar o interesse da população por forma a torná-la mais competitiva financeiramente. O esforço tem sido direccionado para a população Oliveirense, e muito bem, pois será essa a sua principal vocação. Deixamos aqui a nossa sugestão, que seria procurar mais clientes fora de portas e quem sabe pensarmos em tentar organizar eventos de índole regional ou mesmo nacional nestas infra-estruturas. Finalizando deixo ao elenco camarário uma questão: o que pensam fazer para inverter esta situação? Já têm algum plano para seguir de forma a fazê-lo?
=====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Manuel Francisco Valente, do PS. =====

===== Como tudo, há coisas boas e há coisas más. Não vimos cá só dizer as coisas boas, nem vimos cá só dizer as coisas más. O Senhor Presidente disse que já discutimos isto na sessão de 30 de Abril e eu penso que uma das coisas más é confundir este plano de saneamento financeiro com a execução, com as finanças locais e de ter aqui toda uma amálgama de coisas. Eu não sei se é propositado, se tem interesse, ou se é só por acaso que isto acontece. É evidente que aquilo que discutimos em 30 de Abril foi finanças locais, foi a execução do orçamento, foi a execução orçamental e o que pretendemos analisar hoje, e o que nos diz este relatório, fala-se num plano de saneamento financeiro, daquilo que nos propomos fazer e daquilo que temos sido incapazes de fazer. Vai uma diferença muito grande. Os números têm várias leituras, as tais coisas boas por um lado, se quisermos ler de uma maneira; as coisas más por outra, se quisermos ler de outra maneira. Que coisas boas? Se não fosse o Ministro João Cravinho provavelmente o acesso à auto-estrada de Loureiro ainda estaria no papel. Também teve coisas boas. E como tudo tem o reverso da medalha, tem coisas boas e coisas más. E este relatório não deixa de efectivamente ter coisas boas e coisas más e a boa notícia começa logo por ser uma coisa: afinal os custos do pessoal, e dou-lhe os parabéns, e os custos financeiros reduziram, embora ligeiramente mas reduziram. Mas ao contrário, e lá está o reverso da medalha, o fornecimento e serviços externos sobem 24,2% e os custos e perdas extraordinárias sobem 50,3%. São coisas más. Bom, nem vale a pena inflamarmos e nem podemos estar aqui à espera que esta Assembleia esteja cá para bater palmas e dizer ámen. Se esperam isto de nós, estão enganados desde o primeiro momento, se esperam de nós que estejamos a dourar aquilo que é negro, também não contem connosco. Tentaremos ser aquilo que fomos até hoje, sempre rigorosos naquilo que é bom e naquilo que é mau. É mais agradável para todos nós, seria muito mais agradável para nós Bancada do Partido Socialista estar aqui neste momento a dizer “óptimo, Oliveira de Azeméis é a melhor cidade do País, quem sabe da Europa, temos tudo, não nos falta nada, o saneamento é uma coisa que existe” e não teríamos problemas de espécie absolutamente nenhuma. Infelizmente essa não é a realidade e quando tratamos de números essa realidade é insofismável. Depois podemos dizer que as SCUT's são um problema, porque nos levam para a política nacional. Se o Senhor Presidente da Assembleia Municipal nos permitir, eu por mim e seguramente a Bancada do Partido Socialista, estaremos perfeitamente disponíveis para discutir política nacional, mas parece-me que não é esse o caso, mas se quisermos cá estaremos disponíveis para isso. Mas voltemos aquilo que nós traz agora e que neste momento importa analisar com ou sem dores de cabeça, mas acima de tudo com realidade. A dívida total da Câmara desce cerca de € 600.000 (seiscentos mil euros) em relação a 2008, uma verdade insofismável, é verdade, mas sobe 7,11% cerca de três milhões e meio àquilo que vocês se propuseram fazer no plano de saneamento financeiro. E é isso que estamos aqui a analisar, não estamos a analisar as contas do Executivo em 30 de Abril, estamos exactamente

em 25 de Junho a dizer “apreciamos o plano de saneamento financeiro”. No mínimo ficaria bem dizer assim “bom, fomos maus a prever e prevemos coisas que não somos capazes de fazer” e então vamos rever, ou como disse o meu colega, vamos provavelmente estudar outro plano de saneamento financeiro, mas não vamos dourar a pílula porque ela não é dourada e os factos são factos. O endividamento líquido reduziu-se como todos sabem, em relação a 2008, a verdade também é que subiu 4%, qualquer coisa como milhão e meio em relação ao plano de saneamento financeiro. É má notícia, mas tem que ser dada. Parabéns, deduziram a dívida com o pessoal, mas trabalharam muito mal a dívida a fornecedores e é o caminho mais perigoso que este Executivo poderá ter. Está a passos largos a caminhar para um novo plano de saneamento financeiro. Ela “só” cresce 1,5 milhões em relação a 2008 e quase quatro milhões em relação àquilo que V. Exas. se tinham proposto fazer e é isto que estamos a analisar. Falando no prazo médio de pagamento, lemos no relatório que mistura as coisas todas e vou admitir que o relator é independente, nem quero pôr isso em causa, mas que tenho muitas dúvidas tenho. O prazo médio de pagamento não atinge os cento e oitenta dias da Lei das Finanças Locais, mas não é isso que estamos a analisar, meus senhores. Não atinge, estão a cumprir a Lei das Finanças Locais mas não estão a cumprir aquilo a que se propuseram fazer no plano de saneamento financeiro. Em 2007, diz o relator que o pagamento a fornecedores é de 571 dias e agora tinha que descer. Bom, também era melhor, o financiamento inscrito no plano de saneamento financeiro provavelmente não teria sido para plantar umas flores na esquina, foi para pagar a fornecedores e infelizmente não o utilizaram todo, por outras razões, mas também não importa muito neste momento. Mas convenhamos que em 2008 ele baixou para 96 dias, suponho eu que por força do empréstimo do saneamento financeiro. Cuidado, em 2009 estão 146 dias. 2010, vinte e cinco de Junho, gostaria de saber quantos dias é que vão, é que provavelmente o seu relator já teria que pensar e dizer “já estamos a ultrapassar a Lei das Finanças Locais”. Não estaremos? Cá estaremos nós para no dia 30 de Abril do próximo ano falarmos, porque isto caminha de uma maneira vertiginosa para um atraso de pagamento a fornecedores e a capacidade de endividamento é praticamente nula e, portanto, vai sofrer o mais pobre. E o mais pobre é dizer “não pago a quem devo e está o problema resolvido”. Oxalá eu me engane, porque eu não sou apologista, nunca fui nem pretendo ser, do quanto pior melhor. Eu sou sempre pelo positivismo, eu sou sempre para que Oliveira de Azeméis siga o melhor caminho, mas sou sempre por uma coisa: gastar mal gasto que seja um cêntimo. E se voltarmos ao pavilhão, daquilo que eram os estaleiros da Câmara, eu quase que diria “podiam ter-me convidado para comprar esse pavilhão, porque eu ao fim de dez anos tinha aquilo de borla”, porque a Câmara o que está a fazer neste momento é dizer assim “ao fim de dez anos, senhores compradores, eu fiz o favor de lhes dar isto de borla e vou continuar a pagar”. Eu acho que com negócios destes, se calhar alguns estariam presos, mas enfim continuemos e não vamos falar de outras coisas. Quando à execução da receita orçamental, volto a dar os parabéns, já que isso importa, porque realmente houve uma redução com os gastos de pessoal, mas infelizmente não foi suficiente para cobrir o défice que tem de €600.000 (seiscentos mil euros) e valha-nos pelo

menos uma coisa, é que as transferências do Estado aumentaram 16%, senão então quanto é que não seria o défice. No meio deste documento e tentando analisar como bom Oliveirense, sem qualquer intuito negativo e procurando apenas e só que as nossas críticas sejam construtivas e que amanhã ninguém nos possa acusar de que fizemos ouvidos moucos a alguns desvarios que vão por aí, seria conveniente, mas mesmo conveniente que olhássemos com cuidado para o prazo médio de pagamento aos fornecedores, como acabei de dizer, para não termos que violar a Lei das Finanças Locais. Não esquecer, e tome-se atenção, que os passivos financeiros do Município representam já cerca de 125% das receitas totais. Se falássemos em política nacional e o endividamento do Governo fosse desta ordem, aqui d'el rei que já estava tudo não sei onde e se calhar teríamos que fazer como a Grécia e vender ilhas para pagar as dívidas. Senhor Presidente da Câmara, vivemos numa conjuntura difícil, em que o endividamento é cada vez mais dificultado e em que a tendência das taxas de juros será para subir. Tenham isso em consideração e pelo menos façam com que a gestão municipal em 2010 atente àquilo que o próprio relatório diz “o Executivo deve identificar ou intensificar as medidas previstas e implementar acções para um rigoroso cumprimento dos créditos vencidos”. É uma má notícia, mas estou só a ler aquilo que está no relatório. Até porque há uma coisa, os 180 dias estão aí a chegar e os juros estão na Lei e o excesso de prazo está na Lei. Perdoem-me se fui um mau mensageiro, mas por favor não matem o mensageiro, só porque a mensagem é triste. Muito obrigado. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Dr. António Rosa, do PSD. =====

===== Eu naturalmente que não peço umas asas só porque a minha mensagem vai ser de esperança e positiva, aliás muito positiva, sem deixar de reconhecer aqueles que são os sinais de alerta e para os quais seguramente a Câmara Municipal terá os seus dispositivos para monitorizar e seguir com a devida responsabilidade. Já foi aqui dito e eu repito, de facto estivemos aqui há uns dias a discutir estas contas que estamos aqui a olhar. O exercício que fazemos agora é olhar para elas numa outra perspectiva, comparando com aquilo que o Município há três anos atrás perspectivou num contexto de mudança que o Senhor Presidente aqui já referiu, de mudança profunda, mas que perspectivou e eu aqui gostava de começar por dizer exactamente isto: naturalmente que o contexto de elaboração deste plano de saneamento financeiro era um, já complexo, já difícil; aquele em que nos encontramos agora, e no qual decorreu o plano de saneamento financeiro que agora estamos a analisar, era um substancialmente diferente. Eu creio que a almofada de alguma flexibilidade que esteve subjacente por responsabilidade e por ambição, que presidiram à elaboração do plano de saneamento financeiro é neste momento de grande importância para que de facto numa ou noutra situação em que a execução não é passível de cumprir escrupulosamente com o plano de saneamento financeiro, há de facto margem para que se cumpra com aquilo que é essencial. E

nesse sentido eu gostava de dizer aqui uma coisa, que acredito que seja do conhecimento da maioria, pelo menos: é que o plano de saneamento financeiro é um mecanismo para resolver uma situação financeira do município a doze anos e aquilo que o Município de Oliveira de Azeméis fez foi propor-se a si próprio, ou autopropor-se, a passar a cumprir escrupulosamente todos os limites estabelecidos pela Lei ao fim de seis anos, com um financiamento de doze, mas ao fim de seis anos passar a cumprir, estar a cumprir o limite de endividamento, a dívida a fornecedores, etc. Na verdade, muitos desses foram atingidos muito mais cedo, no caso dos fornecedores, que obviamente o montante, e aí concordo com o aquilo diz e que já concordamos na análise das contas em Abril e o Senhor Presidente foi o primeiro a referi-lo, é que nenhum de nós se orgulha do Município estar hoje a pagar ainda em média a 146 dias e seguramente que esse será um dos aspectos de maior responsabilidade e de maior preocupação do Senhor Presidente da Câmara. Mas dizia eu, que esta proposta da Câmara Municipal na altura de se colocar novamente dentro de todos os limites que estão estabelecidos na Lei das Finanças Locais, foi de facto um exercício de grande ambição e que perspectivava eventuais alterações para pior, como está a acontecer, naquilo que é a realidade de contexto. Portanto, nesse aspecto, tudo aquilo que foi acabado de dizer pelo Senhor Deputado Francisco Valente, não deixando de ser real num ou noutro aspecto, mas nada é aferido daquilo que é essencial. Senão vejamos: a Câmara Municipal desde que iniciou o plano de saneamento financeiro reduziu a sua dívida a fornecedores, de números que não repito aqui, para os 146 dias no final de 2009; reduziu a sua dívida total em quase quatro milhões de euros, portanto estamos num trajecto, não estamos na meta mas estamos num trajecto e reduziu o seu endividamento líquido de acordo com a Lei ou superando até aquilo que está estabelecido na Lei. Portanto, aquilo que é essencial está cumprido e eu agora aqui também não podia deixar de fazer um paralelismo, que já fiz noutras alturas e que volto a fazer: é que esta execução a que a Câmara Municipal está comprometida tem em paralelo e a montante um plano de estabilidade e crescimento do Estado. Este sim, que já teve de ser revisto, ou que está a ser revisto agora, e sobram para todos nós, para a Câmara também, medidas austeras que vão sacrificar ainda mais aquilo que são as receitas da Câmara. O Senhor Presidente já aqui nos informou hoje, que aquilo que vai acontecer em 2010 é que a Câmara Municipal terá das transferências do Estado menos €600.000 (seiscentos mil euros). Mas eu recordo o que já aconteceu em anos anteriores, é que o IMI foi revisto, de facto não houve alterações a impostos, houve sim para cima, mas houve alguns que foram baixados, curiosamente os seus destinatários eram os Municípios. O IMI foi revisto no sentido da descida, a derrama foi revista no sentido da descida e antes disso o Município tinha-se comprometido com determinados objectivos e viu as regras do jogo alteradas e naturalmente que isso não será indiferente a alguns dos resultados que hoje aqui estamos a analisar. De facto, o Estado está com a necessidade, porque se comprometeu com Bruxelas a ter um défice de 3%. Recorde-se que de facto nós estamos aqui com um grande problema porque estamos com défices substancialmente superiores a este, mas aquilo que era essencial era termos um défice de 3%, o País. Seguramente que todos nós estaríamos aqui

satisfeitíssimos se tivéssemos tido mais despesas porventura com pessoal ao serviço do Estado, com outras despesas correntes do Estado, mas o nosso défice fosse de 3%, que é aquilo que é essencial. Infelizmente muitas delas resvalaram e estamos com défices substancialmente superiores. Fiz esta referência para percebermos aquilo que estamos aqui a fazer. É que o que é essencial neste plano de saneamento financeiro está a ser escrupulosamente cumprido e com uma tendência de melhoria gradual. Independentemente de naturalmente podermos dizer que há fornecimentos e serviços externos que estão superiores, é verdade, mas também se fossemos a entrar em detalhe aqui, de certeza absoluta que nenhum de nós discorda que a Câmara Municipal propicie aos meninos do pré-escolar actividades de enriquecimento curricular e que custam cerca de um milhão de euros à Câmara Municipal por ano, são fornecimentos e serviços externos e não havia em 2007 este serviço à comunidade. Naturalmente que também isto é uma resposta da Câmara Municipal a um desafio do Governo, mas também isto engrossa as despesas da Câmara Municipal para o serviço à comunidade. Portanto, Senhor Presidente, acima de tudo queria fazer aqui uma referência de total confiança no exercício das suas responsabilidades neste sentido e seguramente sem com isso deixar de estar sensível e na plena convicção de que terá todo o cuidado naquilo que também tem implicações directas nos parceiros da Câmara Municipal, nomeadamente nos seus fornecedores e que estará seguramente atento a essa particularidade. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar os devidos esclarecimentos. =====

===== A análise foi obviamente feita e obviamente não se pode fazer uma análise das contas, sem esquecer o plano de saneamento financeiro e vice-versa e quando eu fiz essa referência fora nessa perspectiva. Dizer-lhes também que nunca é minha intenção trazer para a discussão política factos de política nacional e não o fiz. Eu falei em três questões concretas, na questão das SCUT's, na redução do PEC e no encerramento da auto-estrada e vamos lá ver se isto é política nacional. As SCUT's é porque os Oliveirenses entram na A29 e pagam portagens e os Algarvios andam na Via do Infante, ou nós quando vamos ao Algarve e não pagamos portagens e quando eu me referi a essa injustiça não tem a ver com a política nacional, tem a ver com a política local. A questão do PEC, quando eu falei do PEC, não é política nacional, porque o PEC vai-nos custar a nós, Oliveirenses, em 2010 menos €600.000 (seiscentos mil euros), portanto atenção nomeadamente àqueles que fazem propostas, que têm bastante imaginação e são muito produtivos nas propostas que fazem, algumas delas pouco originais, mas é preciso ter em linha de conta que a redução de €600.000 (seiscentos mil euros) é uma evidência, tal como foi a nós 6,5% nos nossos vencimentos, portanto não é política nacional. Quando eu falo no encerramento da auto-estrada do centro, que ficou anulada para toda a vida, para toda a vida ou por enquanto, objectivamente perguntem ao Pedro Silva, de Travanca, e ao Senhor Armindo Nunes, do Pinheiro da Bemposta, se isso não mexeu com eles, mexeu

evidentemente porque continuam a levar com o trânsito pesado no meio das suas freguesias. O Senhor Secretário de Estado Paulo Campos sabe qual é a minha posição e sabe que eu sou do PSD porque eu nunca escondi nada de ninguém, e aquilo que eu lhe estou a dizer é que eu sempre, mesmo quando o meu Partido defendeu uma coisa contrária, assumi que devíamos fazer esta auto-estrada. Pergunte ao Senhor Secretário de Estado Paulo Campos, ele ouviu e até me voltou a telefonar sobre essa matéria, estou à vontade sobre isso, porque o que eu lhe digo a ele digo-lhe aqui a si e digo a mesma coisa e quando nós dizemos sempre a verdade nunca somos apanhados, o problema são os outros que quando não dizem a verdade é que andam ali com comissões e mais comissões para perceber se falou ou não falou e isso eu não quero aqui discutir, porque isso sim é política nacional e não vamos aqui falar da TVI e da Tagus Park, porque isso são outras coisas que não têm a ver connosco. Agora naquilo que tem a ver connosco, nós podemos falar e vamos falar. E já agora, porque tem a ver com isto, deixe-me dizer-lhe uma coisa que é interessante: nós fomos visitados pelo Instituto Superior de Educação e Ciência, que tem um pólo em Coimbra e outro em Lisboa, e fomos visitados por professores catedráticos, com grandes responsabilidades na área das finanças públicas, que pediram à Câmara de Oliveira de Azeméis para, porque ouviram falar, perceber como é que nós tínhamos equilibrado as nossas finanças e como é que nós estávamos a cumprir o plano de saneamento financeiro. E vieram cá, e se vinham cá com a expectativa, saíram de cá entusiasmados e tão entusiasmados foram que quando chegaram aos administradores do seu instituto disseram “nós temos que fazer uma parceria com aquela Câmara, porque eles vão ter que nos ensinar o que é que lá estão a fazer.” Senhor Deputado Ricardo Bastos, o Senhor bem se pode rir, mas isto não é desmentível, porque isto é verdade, percebeu? É verdade. O Senhor riu-se e se eu lhe dissesse aqui que tinha vindo aqui o ISEC e que tinha dito “que miséria de finanças, que vergonha de Câmara”, o Senhor batia palmas, está a perceber. O que é importante aqui referir é que as boas práticas que estamos aqui a ter estão a ser felizmente reconhecidas. Quando o Senhor Deputado Francisco Valente fala das contas de 2010 e diz “cuidado com o prazo médio de pagamento”, Senhor Deputado vamos aqui assumir um compromisso, o Senhor tem que me dar aqui cinco dias de crédito, porque eu não lhe consigo hoje dizer mas dê-me cinco dias, também para o Senhor como empresário cinco dias não é relevante, se às vezes calha ali no final do mês é que é mais complicado, o Senhor não me vai dizer porque sabe que é impossível chegar aos 48 dias, neste momento e para o ano, é impossível, só se nos saísse o totoloto e mesmo assim, dê-me estes cinco dias de crédito e eu acho que nós vamos estar entre os cento e cinco dias e os cento e dez dias. Tome nota., se nós estivermos entre os cento e cinco e os cento e dez dias. Não me dê os parabéns, porque eu não quero os parabéns, o que eu quero é os fornecedores satisfeitos, como aquilo que felizmente com Oliveira de Azeméis voltou a acontecer, que é os fornecedores querem voltar a fornecer à Câmara de Oliveira de Azeméis. Isso é que é importante, os fornecedores dizerem “sim senhora” e é nós estarmos a fazer um tremendo esforço para tentarmos reduzir este prazo médio de pagamento. O Senhor diz “os senhores vão ultrapassar os cento e oitenta dias”, e eu estou-lhe a dizer que entre os cento e cinco e os cento e dez dias a gente vai lá estar,

mas também se não chegarmos aos cento e cinco ou cento e dez dias também serei o primeiro a dizer “meu caro, falhamos”. Mas deixe-me dizer-lhe também outra coisa, porque é importante nessa sua análise em 2010 e o Senhor não o fez, mas não o fez porque se esqueceu, não tenho a menor das dúvidas disso, tem a ver com o corte dos €600.000 (seiscentos mil euros), porque o Senhor sabe que foram cortados às autarquias cem milhões de euros e nós levamos com €600.000 (seiscentos mil euros). Nós vamos ter obviamente que, sem querer aqui criar nenhuma convulsão no nosso município que prejudique o normal funcionamento das Juntas de Freguesia, das IPSS e do nosso movimento associativo, procurar aqui poupar mais para que não se note. Repare, quando nós, por exemplo, nas AEC’s estamos a gastar um milhão de euros e recebemos do Estado €600.000 (seiscentos mil euros), se calhar aqui vamos ter que olhar para isto porque há aqui € 400.000 (quatrocentos mil euros) que são o esforço do município e se calhar nestas contingências económico-financeiras não podemos ir tão longe como aquilo que estávamos a ir. Acho que é justo dizer e nestas coisas eu não tenho papas na língua, como eu também não acho nenhuma piada ao Macário Correia dizer que agora proíbe os funcionários de irem tomar café, também às vezes me causa alguma urticária ver alguns colegas meus Presidentes de Câmara fazerem conferências de imprensa para fazer a redução de meia dúzia de tostões, para dizer “ai aqui d’el rei eu é que estou a poupar, eu é que sou bom”. Meu caro, se formos a ver em poupança, eu já lhe disse que o Município de Oliveira de Azeméis nessas matérias comparado com os anos que lhe dei, nós já chegamos aos catorze milhões de euros e alguns poupam cem mil ou duzentos mil e fazem uma conferência de imprensa e depois há gente que aplaude, mas o aplaude não paga imposto, deixa aplaudir. Agora, o rigor tem que se manter, não há hipótese nenhuma e eu sei onde é que isto se sente: é nos Presidentes de Junta. Eles são os primeiros a sentir estas dificuldades, mas são extraordinariamente compreensivos, porque nós não lhes podemos nem criar ilusões, nem falar uma linguagem que não seja uma linguagem de verdade. Sabe porquê? Porque as pessoas acham que os cortes, as crises e as dificuldades são só no País, são só no Governo, mas não, são também nas Câmaras Municipais. Nós nesta matéria, fruto do plano de saneamento financeiro estamos mais bem preparados do que outros municípios, mas nós vivemos bem com os problemas dos outros, para resistir a estes cortes recentes, ou seja, nós já estamos habituados a trabalhar com pouco dinheiro e, portanto, já não estávamos a gastar à la garder, lembra-se desse tempo, nós já estávamos a fazer aqui uma política de contenção. Por isso, é que continuando esta política de contenção vamos procurar que ela não se note nem no dia-a-dia das nossas Juntas de Freguesia, nem do nosso movimento associativo. Termino, Senhor Presidente, para lhe dizer que vamos continuar como é evidente, seguindo o plano de saneamento financeiro, procurando estar dentro daquele que é o enquadramento legal e acima de tudo podemos cumprir. Até porque como sabe nós tendo um plano de saneamento financeiro temos outro tipo de responsabilidades e outro tipo de controlo e o próprio Tribunal de Contas está em cima do Município de Oliveira de Azeméis e não nos deixa fazer asneiras. Mesmo que quiséssemos, não queremos, mas mesmo que quiséssemos também não podemos. Compreendam

o esforço que estamos a fazer e eu agradeço aqui aos Senhores Presidentes de Junta pela compreensão que têm manifestado perante as dificuldades que temos que viver. Obrigado. ===

===== A Assembleia Municipal apreciou o documento referido em epígrafe, tendo sido tomadas as seguintes posições: Dr. Miguel Portela (CDS/PP): Mantém-se evidente o aumento do endividamento de curto prazo e a diminuição do endividamento a médio e longo prazo, mantendo a tendência verificada antes da aplicação do plano de saneamento financeiro, não cumprindo com o compromisso de reduzir o prazo de pagamento. Esta situação, não invertendo a tendência, pode levar, dentro de algum tempo, à necessidade de recorrer a outro plano de saneamento do município. O desvio de 4% (1.537.773€) em relação ao plano de saneamento financeiro, bem como, o prazo médio de pagamento a fornecedores (146 dias), são por si só indicadores das grandes dificuldades da autarquia em manter o plano de saneamento financeiro com a eficácia desejada. Manuel Francisco Valente (PS): A Execução económica económico-financeira do Município apresentou custos com pessoal e custos financeiros inferiores ao previsto no Plano de saneamento financeiro, apresentando um aumento dos Fornecimentos e serviços externos. A execução apresenta desvios ao Plano de Saneamento Financeiro: - A dívida da câmara desceu cerca de 600.000€ relativamente a 2008, mas subiu cerca de 3.500.000€ relativamente ao previsto no Plano de saneamento financeiro; - O endividamento líquido diminuiu relativamente a 2008, mas é superior 4 %, cerca de 1.500.000€, em relação ao previsto no plano de saneamento financeiro; - Reduziram a dívida com pessoal mas aumentou a dívida com fornecedores, que cresceu 1.500.000€ em relação a 2008 e quase 4.000.000€ relativamente ao previsto no plano saneamento financeiro. Havendo desvios por incapacidade de previsão, proceda-se à revisão e estudo de outro plano de saneamento financeiro. Relativamente ao prazo médio de pagamento, este aumentou para 146 dias e provavelmente à data desta assembleia já estaremos a ultrapassar o prazo estabelecido na lei das finanças locais (180 dias). Deve ter-se em consideração que vivemos um conjuntura difícil, em que o endividamento é cada vez mais dificultado e em que a tendência das taxas de juros será para subir, e pelo menos deverá fazer-se com que a gestão municipal em 2010 atente ao referido no relatório de acompanhamento “o Executivo deve identificar ou intensificar as medidas previstas e implementar acções para rigoroso cumprimento dos créditos vencidos”. Dr. António Rosa (PSD): O Plano de Saneamento Financeiro do Município de Oliveira de Azeméis é um Plano a 12 anos no qual se propõe que todos os indicadores legais de equilíbrio financeiro sejam alcançados no final do 6º ano de vigência do plano. O Plano define objectivo essencial de redução do endividamento líquido Municipal dentro dos limites legalmente definido e este foi escrupulosamente cumprido não obstante as circunstâncias de imprevisibilidade inerentes a um processo desta natureza e aos condicionalismos relacionados com a evolução da economia e política nacional do último ano. Provando que o Plano e o sistema utilizado pelo Município tiveram a capacidade de absorver as adversidades, garantindo o cumprimento do objectivo essencial. Sr. Presidente da Câmara: Os cortes e as dificuldades económicas do país tem impacto nas Câmaras Municipais. Nós nesta

matéria, fruto do plano de saneamento financeiro, estamos melhores preparados e teremos a capacidade de absorver os cortes impostos ao Município. Esta câmara prossegue numa política de contenção, procurando minimizar os seus reflexos no dia-a-dia das nossas Juntas de Freguesia e do nosso movimento associativo. É também alvo de preocupação o prazo médio de pagamentos a fornecedores. E sendo difícil atingir no ano 2010 a meta de 48 dias definida no plano de saneamento financeiro, fixo como objectivo anual o prazo médio de 105 a 110 dias. O órgão executivo vai continuar a seguir e o plano de saneamento financeiro, procurando cumprir os objectivos definidos e estar dentro do enquadramento legal. O plano de saneamento financeiro impõe outro tipo de responsabilidades e um nível de controlo acrescido, nomeadamente do próprio Tribunal de Contas. =====

*===== **Ponto quatro:** 2.ª Revisão ao Orçamento e PPI/ 2010 – Aprovação. =====*

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: Presente a 2ª Revisão ao Orçamento de 2010, nas componentes de receita e despesa, elaborado nos termos e ao abrigo do ponto 2.3 n.º2 das condições técnicas e do constante no ponto 8.3.1 das notas sobre o processo orçamental e respectiva execução, do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e a 1.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos de 2010, elaborada nos termos e ao abrigo do ponto 2.3 n.º 2 das considerações técnicas e do constante no ponto 8.3.2 das notas sobre o processo orçamental e respectiva execução, do Decreto-Lei n.º54-A/99, de 22 de Fevereiro, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Estamos a falar de uma alteração orçamental que se prende com a utilização do saldo de gerência, portanto é uma simples alteração ao orçamento que permite essa utilização.

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quatro à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto cinco:** Ratificação do protocolo celebrado com a Cerciaz – Centro de Recuperação de Crianças e Jovens Deficientes e Inadaptadas de Oliveira de Azeméis, C.R.L, para a criação de um Centro de Treino Municipal de Boccia – Autorização/ Ratificação. =====*

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O empenho do Município de Oliveira de Azeméis no combate à Exclusão Social, particularmente

no que diz respeito às pessoas portadoras de deficiência; - A intenção da criação de um Centro de Treino Municipal de Boccia, tendo em vista, designadamente: a) Proporcionar a prática desportiva para pessoas portadoras de deficiência (O Boccia é uma das modalidades com maior número de praticantes, no que diz respeito à população com paralisia cerebral); b) Diminuir as diferenças e a exclusão, constituindo um espaço de encontro e convívio; c) Utilizar o desporto e o seu valor social, como meio de valorização pessoal, de pessoas com diferenças; d) Federar uma equipa, do nosso Município, na PC AND; e) Sensibilizar, difundir e desenvolver esta modalidade, bem como, a constituição de equipa, que integrará todos os jogadores desta modalidade do nosso Município. - Em 27 de Maio de 2010, foi entre o Município de Oliveira de Azeméis e a Cerciaz - Centro de Recuperação de Crianças e Jovens Deficientes e Inadaptadas de Oliveira de Azeméis, C.R.L, celebrado Protocolo de colaboração, para constituição de uma parceria institucional, com vista à criação do Centro de Treino Municipal de Boccia de Oliveira de Azeméis, propõe-se: - A ratificação do referido Protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, ao abrigo do disposto no artigo 137º do CPA, bem como de todos os actos entretanto praticados, com efeitos às datas em que os mesmos respeitem ou foram praticados; - Que o mesmo seja remetido à Assembleia Municipal, para os mesmos efeitos e do determinado na alínea m) nº 2 do art.º 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5- A/2002 de 11 de Janeiro.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Este é um protocolo inovador que a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis fez com a CERCIAZ no âmbito das comemorações do 30.º aniversário da CERCIAZ, que já aqui falamos em sede de Assembleia Municipal, das comemorações não deste protocolo, que se prende com a criação de um Centro de Boccia. Como sabem a actividade física, a actividade desportiva é um factor de integração importante para combater a exclusão social e acima de tudo para criar condições de uma integração plena numa cidadania activa. Em nome da verdade e porque temos que ser justos, tenho que fazer aqui uma referência ao contributo que o Senhor Vereador Dr. Manuel Alberto Pereira teve na conclusão em chegarmos a este ponto do protocolo com a CERCIAZ, porque em diversas reuniões o Senhor Vereador Manuel Alberto Pereira questionou a Câmara Municipal e de alguma forma nos incentivou muito para caminharmos neste sentido e depois o trabalho foi desenvolvido pela Senhora Vereadora Gracinda Leal junto dos técnicos da CERCIAZ e julgo que hoje estamos todos mais solidários por termos este protocolo e aquilo que queremos é transformar este centro de treino num centro de excelência da prática do Boccia, procurando com isto contribuir para uma cidadania mais activa. =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Dr. Miguel Portela, António Xará, e Ana Raquel Teixeira. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Manuel Portela, do CDS/PP, que disse: =====

===== Já se sabe que o Boccia é uma das modalidades com maior número de praticantes entre cidadãos com deficiências, especialmente junto da população com paralisia cerebral e que o nosso concelho começa a marcar pontos nesta modalidade. Esta medida para além da sua vertente prática que é muito importante, a dinamização dos espaços de Oliveira de Azeméis, e é um bom exemplo de como podemos rentabilizá-los, traz consigo uma dimensão humana muito grande que é a de acolher os cidadãos com deficiência e dar-lhes as condições para que também eles nos encham de orgulho superando-se diariamente na prática desta modalidade. Um grande bem-haja para esta iniciativa e contem sempre com o CDS-PP para colaborar nestas iniciativas. Muito obrigado. =====

===== Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor António Xará, do PSD, que fez a seguinte intervenção: =====

===== Naturalmente que a Bancada do PSD vai aprovar este ponto. No entanto, gostaria de aproveitar esta oportunidade para fazer um pequeno registo de justiça relativamente à instituição CERCIAZ. Aquando das comemorações do 30.º aniversário no passado dia 27 de Maio, a CERCIAZ apresentou o slogan “30 Anos, Crescer com a Diferença”. Penso que este slogan foi muito bem escolhido, pois na verdade a palavra diferença tem um peso relevante nesta instituição. Diferença, por uma missão muito especial focada num abrir de horizontes a crianças e jovens portadoras de algumas limitações, fazendo-os acreditar que é possível mesmo tendo que enfrentar uma sociedade quase nada sensível e interessada na adaptabilidade e na inserção. Diferença, pela dedicação, carinho e competência dos seus colaboradores que tão bons e gratificantes resultados têm tido. Diferença, pelo crescimento e organização que a CERCIAZ vem evidenciando ao longo dos anos, o que atesta da qualidade de gestão imposta pelos seus dirigentes. Estas são algumas das diferenças que tornam esta instituição uma referência na integração social. Parabéns CERCIAZ e continuem a marcar a diferença. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedida a palavra à Senhora Ana Raquel Teixeira, do PS. =====

===== Boa tarde a todos os presentes. Em nome do Partido Socialista venho desta forma felicitar o Executivo Camarário pela iniciativa louvável, pela sua real importância de carácter pedagógico e terapêutico. Esta iniciativa tem um forte efeito de sensibilização para a população

com deficiência motora do concelho e que esperamos que venha a despertar na restante população Oliveirense o interesse pelo desporto adaptado. Sugerimos então que este centro de treino municipal seja alargado a todas as modalidades paraolímpicas, ou pelos menos a mais algumas modalidades paraolímpicas, para que não se restrinja aos jovens portadores de deficiência motora, nomeadamente jovens com paralisia cerebral, mas que seja alargada a outros jovens do concelho, modalidades essas como o basquetebol, atletismo ou a natação que podem ser perfeitamente praticadas no concelho. Sabendo que jovens do nosso Município portadores de paralisia cerebral e que são praticantes assíduos de boccia neste concelho estão inseridos em escolas do concelho, aproveito então para salientar a importância de envolver a comunidade escolar nestas actividades, pelo que achamos pertinente que a Câmara ou o Centro de Treino seja um catalisador junto dos diversos agrupamentos do concelho para o desenvolvimento do boccia ou outros desportos a inserir no âmbito do desporto escolar. O desporto escolar proporciona um conjunto de situações e experiências que conduzem a uma melhoria da saúde dos jovens e revela-se de extrema importância para o jovem com acesso à informação e fundamentalmente para o jovem com deficiência. É através da constituição de equipas de diversas escolas do País que se enquadram os alunos com necessidades educativas especiais em quadros competitivos. Se não houver a constituição destas equipas em diversas escolas do País, não é possível o funcionamento de um quadro competitivo, que acho de extrema relevância e importância para o Município e esperamos receber aqui em Oliveira de Azeméis futuras competições nacionais que já são realizáveis noutras escolas e noutros agrupamentos. Ainda de salientar que o desporto escolar como prática regular e sistemática constitui-se como um forte contributo para a inclusão. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====

===== Senhor Presidente, só para dar aqui uma breve explicação àquilo que a Senhora Deputada Ana Raquel disse. Do ponto de vista de dinamizarmos aqui na nossa região, nós sugerimos a criação de um campeonato no Entre o Douro e Vouga, para que as pessoas só não treinem mas possam também competir, começar a competir regionalmente e depois então fazer competições nacionais. Nós já temos alguns atletas de boccia, alguns superatletas como eu costumo dizer, em competições nacionais e internacionais, mas se aumentarmos o número de jovens a treinar seguramente que a qualidade do treino e a intensidade do treino ajuda a melhorar a performance desportiva e é sempre gratificante fazer isso. Gostávamos de fazer este ensaio no Entre o Douro e Vouga, para além de também termos já proporcionado estágios à Selecção Nacional aqui no nosso concelho e de procurarmos junto da comunidade escolar e também da rede social aumentar a prática de boccia. Não queríamos, como é evidente, nos portadores de deficiência condicionar só à boccia, portanto a nossa receptividade relativamente à extensão deste protocolo a outras modalidades é positivo, só que o caminho faz-se

caminhando e este foi o primeiro passo, mas é extraordinariamente interessante melhorarmos e aumentarmos também o número de modalidades que permita uma maior integração e uma maior cidadania. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número cinco à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar/ ratificar o protocolo com a Cerciaz.

*===== **Ponto seis:** Protocolo de colaboração a celebrar com a “Apenas Comunik – Tecnologias de Informação, Lda.”, com vista à transmissão de todos os jogos do “Campeonato do Mundo de Futebol 2010”, na Praça da Cidade – Autorização. =====*

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que o Campeonato do Mundo De Futebol África do Sul 2010, irá decorrer entre o dia 11 de Junho e 11 de Julho do ano corrente; - O aproveitamento de sinergias, de forma a possibilitar, por parte de toda a população de Oliveira de Azeméis, a assistência aos jogos do Campeonato do Mundo e permanente acompanhamento da participação da Selecção Portuguesa, na Praça da Cidade, propõe-se: - A aprovação da minuta do Protocolo de Colaboração, a celebrar com a “Apenas Comunik- Tecnologias de Informação, Lda.”, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, que tem como objecto estabelecer os termos da colaboração institucional, com vista à transmissão de todos os jogos do “Campeonato do Mundo de Futebol 2010”, no espaço denominado “Praça da Cidade”, ao abrigo designadamente, da alínea b) do n.º 6 do art. 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; - Se submeta a presente proposta à Assembleia Municipal, para efeitos do determinado na alínea m) n.º 2 do art. 53º do mesmo diploma.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Tem a ver com uma forma que encontramos também para termos acesso ao sinal Zon Satélite e a obtenção dos direitos de transmissão dos jogos do Campeonato do Mundo e, portanto, através desta empresa tornou-se mais fácil fazê-lo. Para além de termos esse sinal a transmitir ali no ecrã na Praça da Cidade com esta empresa através desse protocolo, dando-lhe como contrapartida a publicidade, estamos dentro daquilo que é a legislação em vigor em Portugal para podermos transmitir os jogos e a Câmara Municipal não ter que estar a pedir uma licença especial. =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores José Lourenço e Dr. Miguel Portela. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor José Lourenço, do PS.* =====

===== *Boa tarde. Estamos aqui perante um protocolo, como o Senhor Presidente da Câmara referiu, com vista à transmissão dos jogos do mundial com uma empresa privada que por esse modo consegue, digamos, contornar a questão. Ninguém daqui, e eu pessoalmente, questiona a pertinência de tal acção, ela é pertinentíssima, estamos em pleno Mundial, todos efusivos com a nossa Selecção e outras também que achamos simpáticas, até porque este evento dinamiza a própria Praça da Cidade, assim como também é referido que o mesmo tem grande relevância e interesse público. Também saúdo, porque é verdade, o aproveitamento de sinergias que possam ser feitas, tanto a este nível como também ao nível de colectividades, empresas, etc. No caso em apreço, sinceramente e olhando para aquilo que nos é facultado, eu julgo que se poderia ter seguido outro procedimento. Obviamente que é uma questão de menor aquilo que eu venho aqui falar, pode ser considerado nesse aspecto, uma questão de menor, mas olhando com alguma pertinência, para os menos informados e até em termos formais, o articulado constante da dita minuta não dá para perceber algumas coisas, dá para ver de facto que temos uma empresa do meio, que trabalha na área, mas agora também se pode questionar: Não haveria outras? Fomos logo ter com aquela, qual foi o critério? Porque é que se escolheu esta? Estas questões são colocadas mediante aquilo que nos foi facultado. Depois também outra coisa que achei engraçado, o Senhor Presidente também fez questão de explicar, mas achava engraçado porque no primeiro outorgante, digamos aquele que se compromete a pedir o sinal, dizia que tinha que pedir ou ter o sinal Zon, achava isso engraçado mas de facto o Senhor Presidente já explicou que foi uma forma de contornar através dessa empresa que tinha provavelmente algum acordo com essa operadora e já encontrei essa explicação, porque eventualmente também poderia considerar que há outras operadoras que poderiam estar interessados. Depois também se percebe no dito protocolo que há contrapartidas, contrapartidas essas que não são cobradas obviamente, dá-se de um lado, recebe-se do outro, não se cobra de um lado. Enfim, acho muito bem, não sou nada contra, é simplesmente o aproveitamento das sinergias tal como referi há bocado. Agora a questão que colocaria era se não seria pertinente até por uma questão de transparência, até de falarmos correctamente quais os valores envolvidos, o que é que caberia a cada um e o que é que caberia às outras partes. Portanto, com estas observações obviamente que não quero colocar em questão a idoneidade das pessoas, simplesmente e por esta questão incumbe a mim também transmitir a nossa posição de voto que neste aspecto será pela abstenção.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal ausentou-se.* =====

===== *O Senhor António Grifo, Segundo Secretário da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP.* =====

===== Neste aspecto não estou muito de acordo aqui com o meu Colega José Lourenço. Eu analisei o contrato, acho uma sinergia importante nós não gastarmos dinheiro como autarquia e conseguirmos dar à nossa população um local onde todos juntos festejemos o Mundial sem que isso acarrete custos, acho normal que uma empresa tenha os seus custos e acho que até é benemérito trocá-los em prol da publicidade, faz-se isso em tanto lado. Peço desculpa de estar a responder, mas já que vou votar noutra sentido gostava de dizer porquê. É natural que se uma empresa chega à minha beira e me propõe uma coisa e se eu concordar, não vou atrás de outras. É a minha opinião e acho que esta empresa se o fez e fez um acordo com a edilidade não vejo grande problema nisso. Acho que o importante aqui foi, primeiro um aspecto que eu já debati muito aqui, trazer pessoas junto da Feira de Artesanato que precisa, pelo menos na altura dos jogos sabemos que aquilo está cheio, são pessoas que depois irão percorrer a feira, penso eu, espero que sim, e depois cumprimos o nosso dever de trazer animação à Praça da Cidade e de fazer com que os Oliveirenses saiam de casa e se juntem cá fora. Agora vou ler o que tinha preparado, que seria mais ou menos neste sentido. Neste ponto vimos enaltecer tanto a Câmara Municipal como a empresa em questão pelo facto de através deste protocolo terem provado ser possível olhar pelos superiores interesses da população sem que para isso a autarquia tenha custos para levar a efeito este tipo de medidas. A Câmara por ter procurado um parceiro que a troco de publicidade aceitou colaborar com a autarquia e a empresa por dispor dos seus serviços em troca da publicidade sem quaisquer custos adicionais. Esta iniciativa pode servir de exemplo para futuras realizações por parte da autarquia onde esta não necessite de investir financeiramente para servir a sua população. É esta a nossa posição. =====

===== O Senhor António Grifo, Segundo Secretário da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. ==

===== Eu ia fazer um pedido muito sério ao Senhor Deputado José Lourenço, pelo respeito que tenho por ele, que ele possa fazer uma reflexão pessoal, não hoje mas durante os próximos tempos, relativamente à intervenção que hoje aqui teve. E dizer-lhe mais, se tem alguma dúvida relativamente a esta matéria, eu peço-lhe que comunique ao IGAT, ao IGAL, à Inspeção Geral das Finanças, a quem o Senhor quiser. Sabe porquê? Não fui eu que sorriu, toda a gente sorriu. Eu não estou aqui para apreciar as intervenções, longe de mim, nem o vou fazer nunca, até porque sabe que tenho muito respeito por si. Sinceramente, aquilo que o Senhor fez, que o Senhor Deputado fez, não colocou nenhuma questão, tentou falar aí de umas coisas, que era isto e que era aquilo e acabou por dizer que se iam abster de uma coisa destas. Sinceramente deixe-me dizer-lhe que isso me deixa incomodado, deixa-me incomodado, eu não conseguiria dizer melhor do que aquilo que o Senhor Deputado Miguel Portela disse. O Senhor colocou aqui em causa um protocolo de meia dúzia de cêntimos, que são duas faixas de publicidade que estão no ecrã, de um lado e do outro a dizer FAN ZON, e depois diz em baixo “Apenas Comunik”, a empresa que tem o sinal. Se o Senhor José Lourenço ou a Banda do

Pinheiro quiser emitir um jogo para se ver não pode, é preciso ter uma licença especial e essa licença especial esta empresa tem-na e disponibilizou-a à Câmara Municipal, através de duas faixas de publicidade no ecrã, que é preciso quase uma lupa para se ver lá o “Apenas Comunik” e o Senhor acha que é uma coisa do outro mundo e que se devia ter contactado não sei quantas empresas e hoje ainda estaríamos à espera das respostas. Já tinha passado o campeonato do mundo e ainda estávamos à espera da resposta. Perdoe-me, sabe que o respeito que tenho por si é enorme. Reflecta um bocadinho sobre essa matéria, porque se o Senhor está a desconfiar de alguma coisa, se acha que há aqui algum procedimento menos correcto, por amor de Deus, participe dele, porque se houver como é evidente cá estamos todos para assumir as nossas responsabilidades. Nós procuramos fazer o melhor, precisávamos do sinal, conseguimos através de uma empresa, não pagamos um tostão e só lhe deixamos colocar duas barras de publicidade junto ao ecrã. Meu Deus, isto tem alguma coisa de mal? Sinceramente, mas posso estar eu errado, peço imensa desculpa. Muito obrigado. =====

===== Posto isto, o Senhor António Grifo, Segundo Secretário da Assembleia Municipal, colocou o ponto número seis à votação, tendo sido deliberado por maioria autorizar a celebração do referido protocolo, com a seguinte votação: a favor - vinte e seis do PSD, dois do CDS/PP e um do Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; abstenções - onze do PS. =====

*===== **Ponto sete:** Classificação de Interesse Público de duas Árvores localizadas no Lugar da Alumieira, freguesia de Loureiro. =====*

*===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em consideração: - Compete à Autoridade Florestal Nacional (AFN) a classificação de árvores que merecem a designação de “Interesse Público” (conforme o estabelecido no Decreto-Lei n.º 28468 de 15/02/38); - Estas árvores, consideradas como “Monumentais”, distinguem-se pelo seu porte, desenho, idade, raridade, interesse histórico, ecológico, pedagógico e paisagístico. Trata-se de exemplares que se encontram isolados ou em conjunto, localizados muitas vezes em jardins públicos, no meio urbano e em diversos locais emblemáticos, tais como igrejas, ermidas, fontes, entre outros. De elevado valor patrimonial, muitas árvores apresentam uma estreita ligação à história e cultura local; - As árvores de Interesse Público não poderão ser cortadas ou desramadas sem autorização prévia da Autoridade Florestal Nacional (AFN), sendo todos os trabalhos efectuados sob sua orientação técnica. Estas árvores beneficiam igualmente de uma zona de protecção de 50 metros de raio a contar da sua base; - O pedido de emissão de parecer solicitado pela AFN refere-se a um Sobreiro existente no recinto escolar da Escola Básica n.º 1 de Loureiro (*Quercus suber* L.), e a um Freixo situado no Largo da Capela da Alumieira (*Fraxinus angustifolia* Vahl.) (propriedade deste Município); - O sobreiro, espécie autóctone, característica de zonas com alguma influência atlântica, está sujeita a legislação específica, Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de Maio, com as alterações conferidas pelo Decreto-Lei n.º*

155/2004, de 30 de Junho, que estabelece as medidas de protecção ao sobre e azinho; - O Freixo, espécie autóctone, característica de ecossistemas ripícolas, apresenta elevado valor paisagístico, cultural e ecológico (apesar de não estar sujeita a legislação específica); - A Lei n.º 33/1986, de 17 de Agosto, que estabelece a Lei de Bases da Política Florestal, refere como objectivo da política florestal a necessidade de assegurar a protecção das formações florestais de especial importância ecológica e sensibilidade, nomeadamente os ecossistemas frágeis de montanha, os sistemas dunares, os montados de sobre e azinho e as formações ripícolas e das zonas marginais dulçaquícolas (alínea g) do artigo 4.º); - Ao estado compete a definição das acções adequadas à protecção das florestas contra agentes bióticos e abióticos, à conservação dos recursos genéticos e à protecção dos ecossistemas frágeis, raros ou ameaçados e promover a sua divulgação e concretização, nomeadamente através da classificação dos montados de sobre e azinho, enquanto parte de sistemas agrários de particular valia socioeconómica e ambiental, como objecto de um plano específico de conservação e desenvolvimento (artigo 10.º da Lei de Bases da Política Florestal); - De acordo com o Plano de Ordenamento Florestal da Área Metropolitana do Porto e do Entre Douro e Vouga (PROF AMPEDV) o sobreiro e o freixo apresentam uma função de recreio e paisagem: enquadramento de equipamentos turísticos, infra-estruturas, usos especiais, aglomerados urbanos e monumentais. Propõe-se: - A emissão de parecer favorável à pretensão de classificação “Interesse Público”, considerando as espécies em causa, as suas características, e ao seu estado de conservação; - Que a presente proposta seja remetida à Assembleia Municipal para que esta se pronuncie relativamente à classificação de “Interesse Público” destes exemplares.” =====

===== O Senhor António Grifo, Segundo Secretário da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. ==

===== Estamos a falar de um pedido de classificação de interesse público de duas árvores com características excepcionais que existem na freguesia de Loureiro, mais concretamente no recreio da Escola Básica de Loureiro. Nós precisamos de nos pronunciar relativamente ao interesse público para que as mesmas árvores possam integrar o roteiro das árvores monumentais existente e que é editado pela Autoridade Florestal Nacional. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Dr. Miguel Portela. =====

===== O Senhor António Grifo, Segundo Secretário da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP, que disse: =====

===== Em relação a este ponto o CDS-PP vem falar não da inquestionável aplicação desta medida, houvessem mais. Vimos tristemente falar de outra situação que a nosso ver a

autarquia, não tendo qualquer tipo de responsabilidade, poderia assumir como desafio através uma postura preventiva que é o flagelo dos cortes ou arranque ilegal de espécies de árvores protegidas. É sabido que o corte ou arranque de sobreiros e azinheiras, carece de autorização, nos termos da lei. As autorizações de corte ou arranque previstas na lei cabem à Direcção-Geral das Florestas após um parecer da direcção regional de agricultura. Mais ainda diz a lei que ficam vedadas por um período de vinte e cinco anos quaisquer alterações do uso do solo em áreas ocupadas por povoamentos de sobreiro ou azinheira e que tenham sofrido conversões por terem sido percorridas por incêndio, terem sido realizados cortes ou arranques não autorizados; ter ocorrido anormal mortalidade ou depreciação do arvoredo em consequência de acções ou intervenções por qualquer forma prejudiciais que determinaram a degradação das condições das árvores. Também ficam proibidos toda e qualquer conversão que não seja de imprescindível utilidade pública e operações relacionadas com edificação, obras de construção, obras de urbanização, loteamentos e trabalhos de remodelação dos terrenos pelos mesmos vinte e cinco anos. Perguntam-me para quê esta conversa toda e eu respondo-vos que vem no sentido acabar com o que frequentemente assistimos, os cortes ilegais destas espécies protegidas com uma impunidade de bradar aos céus. Para além de apoiar este ponto da agenda de trabalho o CDS-PP vem propor a esta autarquia e em particular ao Vereador responsável pelo ambiente, Prof. Isidro Figueiredo, a criação de um documento que promova o levantamento e a catalogação de todas as espécies protegidas no nosso concelho por forma a proteger uma das maiores riquezas do nosso país. Com esta medida e com a aplicação da lei estamos certos que o atropelo contou às leis que protegem a nossa floresta iriam diminuir drasticamente. Muito obrigado. =====

===== O Senhor António Grifo, Segundo Secretário da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. ==

===== Só para dizer que registamos a posição do CDS/PP e a sugestão que deixou. ==

===== Posto isto, o Senhor António Grifo, Segundo Secretário da Assembleia Municipal, colocou o ponto número sete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade classificar de interesse público as duas árvores, localizadas no lugar da Alumieira, freguesia de Loureiro. ==

*===== **Ponto oito:** Alteração ao Regulamento Geral de Águas de Abastecimento e Águas Residuais do Município de Oliveira de Azeméis – Aprovação. =====*

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “1. Considerando que a Câmara Municipal, em reunião ordinária de 9 de Março de 2010, deliberou aprovar por unanimidade a proposta apresentada para a alteração ao Regulamento Geral de águas de abastecimento e águas residuais do município de Oliveira de Azeméis, bem como a sua sujeição a apreciação pública, com o objectivo da recolha de eventuais sugestões, observações ou

reclamações, nos termos previstos no art.º 118.º do CPA, tendo para o efeito sido efectuada a publicitação por edital no período de 26/03/10 a 10/05/10, no Boletim Municipal de 26/03/10; 2. Atenta à audiência dos interessados, prevista no n.º 1 do art.º 117.º do CPA, foi enviado ofício com cópia da proposta de alteração do Regulamento supra referido a, designadamente: Deco-Delegação Regional Norte, APDC-VILLA CORTEZ, Associação Empresarial do Concelho de OAZ (AECO), CCDR-N, Comandante do Destacamento Territorial da GNR O. Azeméis, Comandante Bombeiros Voluntários O. Azeméis, Associação Comercial dos Concelhos de O. Azeméis e Vale de Cambra, Junta Freguesia S. Roque, Junta Freguesia Pindelo, Junta Freguesia Macieira Sarnes, Junta Freguesia Fajões, Junta Freguesia Cesar, Junta Freguesia Ossela, Junta freguesia Cucujães, Junta Freguesia Madail, Junta Freguesia Macinhata Seix, Junta Freguesia Santiago Riba-Ul, Junta Freguesia S. Martinho da Gândara, Junta Freguesia Loureiro, Junta Freguesia Ul, Junta Freguesia Palmaz, Junta Freguesia Pinheiro Bemposta, Junta Freguesia Travanca, Junta Freguesia O. Azeméis; 3. Constatou-se que, após conferência dos prazos, foram cumpridos os normativos legais sobre a audiência dos interessados e de apreciação pública; 4. Na sequência das consultas efectuadas, foi remetido pela DECO alguns contributos que não alteram significativamente a proposta apresentada não obstante, alterou-se a redacção da epígrafe do art. 126.º “Interpretação e integração de lacunas” passando a constar: Artigo 53.º n.º 4 “No seguimento dos números anteriores, os serviços com facturação indexada à factura da água são calculados sobre o valor de água ao preço correspondente ao primeiro escalão, na percentagem em vigor para as tarifas variáveis fixadas pelo órgão executivo.” Artigo 116.º n.º 1 alínea b) “A danificação ou utilização indevida de qualquer instalação, equipamento, acessório ou aparelho de manobra das canalizações das redes gerais de distribuição de águas e drenagem de águas residuais”; Artigo 126.º- Interpretação e integração de lacunas “1. Todas as dúvidas e omissões que eventualmente surjam na aplicação ou interpretação do presente Regulamento serão resolvidas mediante deliberação do Órgão – Câmara Municipal. 2. Em tudo não especialmente previsto neste Regulamento recorrer-se-á à legislação que se encontre em vigor, aplicável à matéria, a lei geral e os princípios gerais de direito.” Em face do exposto, propõe-se: 1- Que a Câmara Municipal delibere dar anuência à alteração do regulamento, bem como submetê-la à Assembleia Municipal para a devida aprovação; 2- Que se determine a posterior publicação no Boletim Municipal e publicitação das referidas alterações, nos termos do art.º 91.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.” =====

===== O Senhor António Grifo, Segundo Secretário da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. ==

===== Esta é uma alteração que trazemos à Assembleia Municipal e que é proposta porque havia necessidade de fazer estes ajustamentos, tendo em conta da necessidade de recorreremos muitas vezes a processos de responsabilidade contra-ordenacional no caso das

ligações ilegais. Tínhamos algumas dificuldades em fazê-lo e também algumas omissões que existiam neste regulamento e, portanto, é uma actualização, pequenas achegas a este regulamento tendo em conta aumentar a sua eficiência e eficácia. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor António Grifo, Segundo Secretário da Assembleia Municipal, colocou o ponto número oito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto nove:** XVI Feira de Artesanato de Oliveira de Azeméis – Suspensão no ano de 2010 do disposto no art.º 10 n.ºs 6 e 7 do Regulamento da Feira de Artesanato. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As actividades de animação e de dinamização do Centro Urbano da cidade de Oliveira de Azeméis, entre 11 de Junho e 11 de Julho de 2010; - A deliberação submetida à Câmara Municipal no sentido de realizar, excepcionalmente, em 2010, a XVI Feira de Artesanato de Oliveira de Azeméis, na Praça da Cidade, no período acima referido, propõe-se: - A suspensão, em 2010, da aplicação no disposto no art. 10º, n.ºs 6 e 7 do Regulamento da Feira de Artesanato de Oliveira de Azeméis, e posteriores alterações publicadas no Boletim Municipal, em 10 de Maio de 2006, bem como a aplicação da seguinte tabela ao aluguer do espaço: - Módulo 12 m2, por 3 dias – 30,00 €; - Módulo 12 m2, por 1 mês – 100,00 €; - Mais proponho que se submeta a presente proposta à Assembleia Municipal, para efeitos do determinado na alínea r) do n.º 1 do art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.” =====

===== O Senhor António Grifo, Segundo Secretário da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. ==

===== Este ponto já aqui falamos ao longo da Assembleia, quer no “Período de Antes da Ordem do Dia”, quer depois já noutra intervenção e tem a ver basicamente com a suspensão do regulamento a dar nota da realização no Parque de La-Salette porque desta vez a Feira de Artesanato realiza-se na Praça da Cidade e tem a ver também com a tabela que tinha que ser alterada pelo espaço que está a ser utilizado pela Feira do Artesanato, nomeadamente as barraquinhas. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== *Posto isto, o Senhor António Grifo, Segundo Secretário da Assembleia Municipal, colocou o ponto número nove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto dez:** *Pintura de marcas rodoviárias (M12) - Linhas Contínuas Amarelas - na Rua Sampaio Maia, freguesia de Oliveira de Azeméis – Aprovação.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta: - a necessidade de evitar o estacionamento abusivo de alguns condutores na Rua Sampaio Maia, na freguesia de Oliveira de Azeméis; Propõe-se: a) - a pintura de marcas rodoviárias M12 (linhas contínuas amarelas) com o intuito de facilitar os acessos a propriedade e melhorar os níveis de segurança rodoviário dessa zona. Na implementação das marcas rodoviárias deve ser respeitado o Decreto Regulamentar nº 22-A/98, de 01 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar nº 41/2002, de 20 de Agosto.”* =====

===== *O Senhor António Grifo, Segundo Secretário da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* ==

===== *Estamos a falar da colocação de duas linhas contínuas amarelas, para proibir o estacionamento neste caso na Rua Sampaio Maia, na freguesia de Oliveira de Azeméis.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor António Grifo, Segundo Secretário da Assembleia Municipal, colocou o ponto número dez à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar a proposta apresentada com a seguinte votação: vinte votos a favor do PSD, dois votos a favor do CDS/PP e doze abstenções do PS.* =====

===== **Ponto onze:** *Proposta de criação de um lugar de estacionamento reservado para pessoas com mobilidade condicionada na Rua do Patronato de Santo António, freguesia de Pinheiro da Bemposta – Aprovação.* =====

===== *Entrou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta: - a necessidade da criação de um lugar de estacionamento reservado para pessoas com mobilidade condicionada na Rua do Patronato de Santo António, na freguesia de Pinheiro da Bemposta; Propõe-se: - a colocação de um sinal vertical H1a - estacionamento autorizado - e com a placa adicional modelo nº 11d, bem como sinalização horizontal indicada na planta,*

documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar nº 22-A/98, de 01 de Outubro com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar nº 41/2002, de 20 de Agosto. Na zona de estacionamento reservado a pessoas com mobilidade condicionada deve ser respeitado o Decreto-lei nº 163/2006, de 08 de Agosto, no que diz respeito ao rebaixamento dos passeios de acesso.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Esta é a criação de um lugar de estacionamento para deficientes na Rua do Patronato Santo António, na freguesia de Pinheiro da Bemposta. Foi detectada esta necessidade, foi feito o pedido e julgamos que deve ser aprovado. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número onze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto doze:** Proposta de criação de lugar de estacionamento de cargas e descargas, fora da ZEDLUO, na Rua Alto da Cruz, freguesia de Fajões – Aprovação. =====*

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta: - a necessidade da marcação de um lugar de cargas e descargas na Rua do Alto da Cruz, beneficiando o comércio existente no edifício; Propõe-se: - a criação de um lugar de cargas e descargas perpendicular, na baía de estacionamento existente, com a marca rodoviária M14a - estacionamento para cargas e descargas - e com a sinalização vertical H1a – estacionamento autorizado - e com o painel adicional modelo 10b - cargas e descargas. Na implementação da sinalização vertical deve ser respeitado o Decreto Regulamentar nº 22-A/98, de 01 de Outubro com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar nº 41/2002, de 20 de Agosto. Devem, ainda, ser respeitadas as indicações da planta, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Também foi solicitado a criação de um lugar de cargas e descargas, neste caso na Rua Alto da Cruz, na freguesia de Fajões. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número doze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto treze:** Proposta de colocação de dois sinais verticais C15 – Estacionamento Proibido – e de um sinal vertical H4 – Via Pública Sem Saída, na Rua da Manacheira, freguesia de Travanca – Aprovação. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta: - a necessidade de informar de uma forma mais correcta os utilizadores da Rua da Manacheira, Damonde de Cima, freguesia de Travanca; Propõe-se: - a colocação no início da Rua da Manacheira de dois sinais verticais C15 - estacionamento proibido - e de um sinal vertical H4 - via pública sem saída. Na implementação da sinalização vertical deve ser respeitado o Decreto Regulamentar nº 22-A/98, de 01 de Outubro com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar nº 41/2002, de 20 de Agosto.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Estamos a falar de uma rua muito estreita e também foi identificada esta necessidade e daí a nossa proposta para aprovação da colocação destes dois sinais nesta rua que é estreita. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número treze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade a proposta apresentada. =====

===== **Ponto catorze:** Proposta de colocação de sinal vertical H4 – Via Pública Sem Saída, no caminho do Fundo do Lugar, Cidacos, freguesia de Oliveira de Azeméis. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta: - a necessidade da colocação do sinal vertical H4 - via pública sem saída - no caminho do Fundo do Lugar - Cidacos, uma vez que vários condutores entram naquela artéria por engano e têm muita dificuldade em manobrar para inverter o sentido de marcha, propõe-se: - a colocação de um sinal vertical H4 – via pública sem saída - na entrada do caminho supra citado. A sinalização vertical deverá ser colocada de acordo com o Decreto Regulamentar nº 22-A/98, de

01 de Outubro com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar nº 41/2002, de 20 de Agosto.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Este sinal prende-se com a necessidade de avisar, porque há muitas viaturas que vão por esta rua e depois têm dificuldade de virar e voltar porque a estrada não tem saída. ===

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número catorze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto quinze:** Proposta de alteração de prioridade no entroncamento do Troço 3 com a Rua António Pinto Carvalho – Aprovação. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - a Rua António Pinto Carvalho apresenta tráfego mais intenso do que o Troço 3, facto que tem sido utilizado como argumento para o desrespeito da sinalização rodoviária; - as prioridades definidas privilegiam quem circula no Troço 3 para constituir um desvio de fluxo rodoviário ao entroncamento de Santo António e o tempo necessário à criação de hábitos de circulação, otimizando o investimento que tem sido executado em termos da rede rodoviária na cidade; - a alteração das prioridades terá de ocorrer em curto espaço de tempo, em sede da sinalização temporária decorrente das obras de requalificação da Rua Bento Landureza; - as sucessivas alterações de sinalização na cidade não contribuem para a estabilização de comportamentos automobilísticos e fluxos de tráfego distribuídos de forma mais homogénea pelas várias vias existentes. Propõe-se: A análise da oportunidade e pertinência da inversão das prioridades existentes no entroncamento do Troço 3 com a Rua António Pinto Carvalho, que implicará a remoção da sinalização vertical e horizontal existente, e a colocação de um sinal STOP para os automobilistas que circulam no Troço 3. Caso a proposta de inversão de prioridades seja considerada pertinente e aprovada, na implementação da sinalização vertical, deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

=====
 ===== Esta proposta que está aqui em papel da Câmara Municipal, foi primeiro uma proposta apresentada pelos Vereadores do Partido Socialista, que depois foi objecto de um parecer técnico. Nós estamos a falar da estrada que vem da zona industrial e do troço 3, do troço que entronca com essa estrada. O trânsito tal como está hoje, quem vem do troço 3 tem prioridade perante as viaturas que vêm da zona industrial e o fluxo de trânsito que vem da zona industrial é neste momento muito superior àquele que vem do troço 3. E, portanto, se quando o troço 3 abriu a perspectiva era colocar-se a casa abaixo e o troço 3 continuar e aí o fluxo de tráfego no troço 3 ia ser muito superior ao que é hoje, a questão do trânsito actual fazia todo o sentido. Tendo em conta alguns constrangimentos naquilo que diz respeito à questão da casa e ao prolongamento do troço 3 nesta altura, felizmente que não tem acontecido ali acidentes de grande monta, mas também não podemos estar à espera que aconteça um acidente para mudarmos as coisas e são várias as pessoas que já lá apanharam alguns sustos, fizeram algumas travagens, porque o fluxo de tráfego que vem da zona industrial é muito superior. Tecnicamente, deixem-me que também vos diga isto e é por isso que isto demorou mais quinze dias a aprovar na Câmara Municipal, tecnicamente o que as pessoas nos dizem é que nós não devemos andar sempre a mudar as prioridades porque os condutores habituem-se, o termo técnico utilizado, é que andam em piloto automático, estão habituadas a que é assim e depois dizem que não viram o sinal. Nos próximos tempos, quando tiver a sinalização colocada é preciso ter algum cuidado nesta rua porque ela vai mudar até a situação do troço 3 ficar resolvida, porque também ficou reconhecido que quando a situação do troço 3 estiver resolvida faz todo o sentido que esta via, até porque é mais larga e segura seja uma via prioritária perante a outra que vem da zona industrial. Agora vamos alterar e logo que a situação estiver resolvida teremos que voltar a discutir e nessa altura se verá. =====

=====
 ===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

=====
 ===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quinze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

=====
 ===== **Ponto dezasseis:** Proposta de postura de trânsito na Rua Dr. Silva Lima – Colocação de Sinal de Trânsito de Estacionamento Condicionado – Aprovação. =====

=====
 ===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “No passado mês de Março, o munícipe António Maciel, em nome dos moradores da Rua Dr. Silva Lima, Lações de Cima, remeteu uma exposição onde expunha as razões que fundamentavam um pedido de colocação de um sinal de trânsito de estacionamento condicionado na zona de paragem do TUAZ naquela Rua, não tendo recebido qualquer resposta concreta até ao momento. Considerando que: 1) A concessão de um espaço reservado à paragem dos autocarros da circulação da TUAZ, com cerca de 12 metros de comprimento, veio retirar lugares de

estacionamento aos moradores e utentes da rua; 2) O horário de funcionamento da circulação se faz de Segunda a Sexta-feira – das 7.30h às 20.30h -, aos Sábados – das 7.30h às 13.30h – e aos Domingos não há circulação; 3) Elementos da GNR, no cumprimento do seu dever, já atuaram por várias vezes moradores que aparcaram os seus automóveis no referido espaço, fora do horário de circulação dos autocarros da TUAZ. Propõe-se que se: a) Aprove uma alteração na postura de trânsito da Rua Dr. Silva Lima, no local onde estaciona o autocarro do TUAZ, para colocação de um sinal de proibição do estacionamento, excepto de Segunda a Sexta-feira, entre as 20.30 horas e as 7.30 horas, e aos Sábados a partir das 13.30h até às 7.30 horas de Segunda-feira.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Esta foi uma proposta que também foi agendada por 2/3 para a reunião de Câmara, por 2/3 porque não se fez o agendamento atempadamente e esta proposta foi feita pelos Senhores Vereadores do Partido Socialista e foi aprovada sem qualquer alteração. Aliás esta proposta foi também objecto de algumas queixas dos moradores desta rua, Rua Dr. Silva Lima, em Lações. Julgo ser de aprovar. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezasseis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto dezassete:** Protocolo de colaboração a celebrar com a Fundação La-Salette, para financiamento das actividades a desenvolver pela Fundação, incluindo a realização das Festas de La-Salette – Autorização. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que a Fundação La-Salette tem contribuído para implementar o desenvolvimento do Município, numa vertente social, cultural, desportiva e ambiental, aproveitando as suas potencialidades, nomeadamente do Parque de La-Salette; - Que o Município, desde a constituição da Fundação, assumiu a vontade explícita de constituir um garante financeiro, ainda que inicial, da mesma; - Que desde a sua constituição a Fundação vem promovendo a realização das Festas de La Salette, elaborando o programa e respectiva contratação e gestão das mesmas; - Que as Festas de La-Salette são de grande tradição na cidade e consideradas as festas do Município, reconhecidas e nível nacional e mesmo internacional; - Que são atribuições do município os princípios e objectivos que se propõe desenvolver a Fundação, nomeadamente ao nível do património, cultura e ciência, tempos livres, desporto, ambiente e promoção do desenvolvimento

(als. e), f), l) e n), nº 1 do art. 13º e artigos 20º, 21º, 26º e 28º da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, propõe-se: - Ao abrigo da alínea b) nº 4 do artigo 64º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, seja aprovada a minuta do Protocolo de Colaboração com a Fundação La-Salette, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas; - Se submeta a presente proposta à Assembleia Municipal, para efeitos do determinado na alínea m) nº 2 do art.º 53º do mesmo diploma.”=====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Em primeiro lugar agradecer a disponibilidade da Assembleia Municipal, que permitiu o agendamento por 2/3 desta matéria. Não é muito hábito, é a primeira vez que o fazemos em sede da Assembleia Municipal e, portanto, aqui ficam os meus agradecimentos. A necessidade prende-se com o factor tempo, tem a ver com os tempos das Festas de La-Salette que se aproximam e há um conjunto de outras questões, directamente relacionadas com as Festas que obrigaram a que se fizesse este protocolo e que pedíssemos a vossa complacência para ele ser discutido e aprovado em sede desta reunião de Assembleia Municipal. =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Ricardo Bastos, Dr. Miguel Portela e Dr. António Rosa. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Ricardo Bastos, do PS. =====

===== Caros colegas da Assembleia, sempre a Câmara Municipal, desde que eu tenho memória, apoiou as Festas de La-Salette e tem que ser assim mesmo pois tratam-se das festas do concelho. Estamos, assim, perante mais um protocolo de colaboração. Acontece que eu acho que este protocolo não deveria ser feito e acho mesmo que está ferido de legalidade. O Senhor Presidente da Câmara é por inerência deste cargo também Presidente da Comissão de Fundadores, por sua vez é esta Comissão de Fundadores que nomeia e elege o Presidente do Conselho de Administração da Fundação. É que aqui neste ponto que eu acho que a ilegalidade acontece, na sobreposição de cargos na mesma pessoa. Acho mesmo que o Senhor Presidente da Fundação se deveria ter demitido do cargo no exacto momento em que assumiu o cargo de Presidente da Câmara Municipal, pois cada acto administrativo que pratica como Presidente da Fundação, quanto a mim, está ferido de legalidade. Para não querer ficar ligado também a este acto, quanto a mim ilegal, votarei contra. Acho ainda que este assunto Fundação La-Salette deverá, porque esta Assembleia tem a responsabilidade de fiscalização, um dia qualquer ser discutido aqui. =====

===== *Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedida a palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP.* =====

===== *O que me traz aqui é mais um pedido de esclarecimento, fui um bocado apanhado de surpresa por esta situação e gostava de esclarecer uma situação que já ouço falar desde a altura em que não estava ligado à política, gostava de saber se neste momento a Fundação La-Salette tem o devido reconhecimento jurídico. Eu faço essa pergunta, porque pelos vistos tem que ser reconhecido pela Presidência do Conselho de Ministros, não basta existir e ter o número de contribuinte, ou seja, as fundações para terem existência jurídica não basta a sua constituição através de escritura pública, sendo assim necessária a intervenção do Governo através do reconhecimento da Fundação. Até ao reconhecimento temos apenas um entrave não jurídico ao qual não pode ser titular de relações jurídicas. Desconhece-se então se realmente essa situação existe e assim sendo a transferência de verbas da Câmara não sei se será legal e tenho medo das implicações de votar a favor de coisa dessas. Acho que sim, que temos que colaborar, mas não queria cometer nenhuma ilegalidade. Estou só a pedir um esclarecimento.* =

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. António Rosa, do PSD.* =====

===== *O objectivo desta minha intervenção é responder àquilo que é o apelo da Câmara Municipal, que é aprovar este protocolo. Este protocolo versa sobre um financiamento, digamos assim, à Fundação La-Salette, cujo tema que o justifica são as Festas de La-Salette. As Festas de La-Salette são tão só as maiores festas do concelho e desta região, além disso são as festas que dão origem ao feriado municipal, portanto são umas festas de todos os Oliveirenses. E como a vida se faz de decisões e não de abstenções, naturalmente vamos votar a favor.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para prestar os devidos esclarecimentos.* =====

===== *Eu não sei se posso falar ou se não posso, vou obviamente, mas seguramente que não direi nada que possa comprometer as Festas de La-Salette, porque não é minha intenção fazê-lo. Queria só, na sequência da intervenção séria que o Ricardo Bastos fez, colocando questões concretas e questões importantes, dar-lhe nota do seguinte, aliás isso já foi dito no “Período de Antes da Ordem do Dia”, nomeadamente na intervenção que o Senhor Dr. Fernando Pais fez hoje e que se prende com a responsabilidade que todos temos num processo que está em curso de transformação do Parque de La-Salette num parque moderno e de um parque para o século XXI e há uma série de coisas que estão obviamente em curso, nomeadamente uma candidatura, nomeadamente um conjunto de responsabilidades que temos que as assumir. E, portanto, obviamente como aqui já foi dito, esta é uma situação que vai ser*

resolvida, que vai ser ultrapassada e vamos voltar a ter que fazer eleições para os órgãos sociais da Fundação de La-Salette e um conjunto de outras reformas que a própria transformação do Parque assim obrigam. Dar nota que perante as dúvidas que foram colocadas relativamente à legalidade, eu só queria chamar a atenção para o seguinte: este protocolo é feito há vários anos, durante os vários anos a Câmara Municipal já foi auditada, inspeccionada por isto, por aquilo e por mais alguma coisa e nunca ninguém disse nada relativamente a esta matéria. Senhor Ricardo Bastos, se reparar o Município de Oliveira de Azeméis está representado neste protocolo pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal Dr. Ricardo Jorge de Pinho Tavares. Só para lhe dar nota, eu hoje nem sequer participei na reunião do Executivo da Câmara Municipal, portanto ninguém está aqui a cometer nada que não queira que tudo esteja de acordo. A necessidade que temos é de ultrapassar estes problemas e resolvê-los no sentido de dar condições à Comissão de Festas que realize as Festas e nada mais. Dar nota que a situação da Fundação da La-Salette é a mesma desde o início da Fundação La-Salette, portanto ela ainda não foi reconhecida enquanto Fundação pela Presidência do Conselho de Ministros, mas não impede que ela possa estar em funcionamento, tem os seus estatutos publicados em Diário da República, mas ainda não foi reconhecida. Ela já foi financiada ao longo dos últimos anos e nunca teve problemas nessa matéria, mas eu não sou o juiz e isso depende da sua consciência e o que eu lhe digo em nome da verdade é que o reconhecimento da Presidência do Conselho de Ministros não foi feito ainda. =====

===== Ausentou-se o Senhor Dr. António Rosa. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezassete à votação, tendo sido deliberado por maioria autorizar a celebração do protocolo referido em epígrafe, com a seguinte votação: a favor: vinte do PSD e um do Presidente da Junta de Freguesia do Pinheiro da Bemposta; contra: doze do PS e um do CDS/PP. =====

===== A Bancada do Partido Socialista apresentou a seguinte declaração de voto: “A Bancada do Partido Socialista vota contra o ponto dezassete da Ordem de Trabalhos, não porque nos mova nada contra a atribuição do subsídio em causa pela Câmara Municipal, mas pelo facto de no nosso entendimento haver uma irregularidade formal, uma vez que no protocolo em causa surge Hermínio Loureiro a outorgar em nome da Fundação quando neste momento está investido como Presidente da Câmara Municipal e por inerência Presidente da Comissão de Fundadores. Entendemos que existe incompatibilidade formal entre os cargos acima elencados, estando em causa a legalidade de tal atribuição.” =====

===== O Senhor Dr. Miguel Portela, da Bancada do CDS/PP apresentou a seguinte declaração de voto: “Nos termos do artigo 158, n.º 2 do Código Civil, as fundações só adquirem personalidade jurídica pelo reconhecimento que é feito pela Presidência do Conselho de

Ministros. Conforme informação prestada nesta Assembleia Municipal pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis e simultaneamente Presidente do Conselho de Administração da Fundação La-Salette, Dr. Hermínio Loureiro, esta fundação não obteve até hoje reconhecimento por parte da entidade competente. Assim, a Fundação La-Salette não possui personalidade jurídica, não podendo, por isso, ser titular de relações jurídicas. Pelo exposto a aprovação do presente protocolo padece de ilegalidade, o que independentemente do mérito do mesmo não poderá deixar de merecer o meu voto contra.” =====

===== **Ponto dezoito:** *Eleição para o Conselho Municipal de Segurança.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - A criação dos conselhos municipais de segurança se encontra decretada pela Lei nº 33/98, de 18 de Julho, e que, de acordo com os Artigos 2.º e 3.º da referida Lei, esta é uma entidade de âmbito municipal com funções de natureza consultiva, de articulação, informação e cooperação com objectivos de: a) Contribuir para o aprofundamento do conhecimento da situação de segurança na área do município, através da consulta entre todas as entidades que o constituem; b) Formular propostas de solução para os problemas de marginalidade e segurança dos cidadãos no respectivo município e participar em acções de prevenção; c) Promover a discussão sobre medidas de combate à criminalidade e à exclusão social do município; d) Aprovar pareceres e solicitações a remeter a todas as entidades que julgue oportunos e directamente relacionados com as questões de segurança e inserção social. - De acordo com as alíneas d) e j), do número 1, do Artigo 5.º, compete à Assembleia Municipal fixar o número de presidentes de juntas de freguesia a integrar o conselho e designar um conjunto de cidadãos de reconhecida idoneidade, no máximo de 20 (vinte). Propõe-se, à semelhança dos anteriores conselhos municipais de segurança, que tomaram posse perante a Assembleia Municipal, que: Sejam designados os presidentes de junta das 3 (três) freguesias mais populosas do concelho; Sejam designados como cidadãos de reconhecida idoneidade os representantes de todas as Escolas Básicas do 2.º e 3.º Ciclos, Escolas Secundárias e Instituições de Ensino Superior existentes no concelho.”* =====

===== *Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito:* =====

===== *Eu acho que não vale a pena estarmos aqui a eleger porque nesta proposta está bem definido que são designados os Presidentes das três freguesias mais populosas do concelho e, portanto, serão as freguesias de Oliveira de Azeméis, Cucujães e S. Roque.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Eu julgo que todos perceberam esta intervenção. Estamos a reconhecer aqui os Presidentes de Junta, quando já estão identificados à partida, é o critério das freguesias mais populosas do concelho. Mas eu não sei sinceramente, eu não sou jurista e há aqui muitos juristas na sala, se estando a falar de pessoas se não temos necessariamente que os votar, mesmo sabendo quem eles são. Sei que aceitam, não tenho dúvida nenhuma, isso é uma responsabilidade inerente à função que desempenham tendo em conta a dimensão da sua freguesia. Neste momento só não está cá o Senhor Amaro, estão cá os outros dois Presidentes de Junta e seguramente que o Senhor Amaro não dirá que não a mais um “ordenado chorudo” do Conselho Municipal de Segurança. Depois todos os outros, estamos a falar de todas a escolas do município.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezoito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade eleger para o Conselho Municipal de Segurança os Presidentes das Juntas de Freguesia de Oliveira de Azeméis, S. Roque e Vila de Cucujães e os representantes de todas as Escolas Básicas do 2.º e 3.º Ciclos, Escolas Secundárias e Instituições de Ensino Superior existentes no concelho.* =====

=== **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** ===

===== *Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Albertino Bastos, Prof. Leonel Martins, Altino Tavares e Eng.º Joaquim Jorge.* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Albertino Bastos, residente na freguesia de S. Tiago de Riba-Ul.* =====

===== *Boa noite. Eu não vou usar da palavra imenso tempo, eu só vou fazer um pedido ao Senhor Presidente da Câmara e restantes Membros, a ver se nos resolvem um problema na Associação de Melhoramentos Pró-Outeiro, uma maldita escritura que está por fazer há mais de um ou dois anos, parece que os documentos até já se perderam. Eu estou a ficar sem saúde e como tal eu queria ver se não morria sem resolver este caso da Associação de Melhoramentos Pró-Outeiro. Por outro lado, o subsídio a que justamente temos direito, que é 50% do valor que deveria ter sido, mas isso a Câmara não tem culpa, como sabem o orçamento do Lar derrapou para o dobro e o subsídio também devia passar para o dobro e não passou. Por outro lado e por uma questão de bairrismo, gostaria de saber como é que está o caso do Pólo Universitário que vai também lá para o meu lugar, que qualquer dia vai ser a capital do distrito. Eu já tenho tentado ligar, o Senhor Presidente anda sempre muito ocupado e a Dra. Gracinda Leal, falo*

com uma secretária, agora também já tem um secretário e digo sinceramente que estou farto de fazer tantos telefonemas e não ser atendido. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Prof. Leonel Martins, residente na freguesia de Oliveira de Azeméis, que disse: =====

===== Boa noite a todos os presentes. Eu antes de falar aproveito para fazer uma observação. É que embora eu sendo Membro da Assembleia de Freguesia de Oliveira de Azeméis, por um dos Partidos aqui presentes nesta Assembleia Municipal, todas as intervenções que eu faço, isto vem na linha destes longos anos em que participo na Assembleia Municipal, faço sempre, que fique bem claro, como cidadão comum. Aliás uma coisa que eu gosto de vir cá acima é a minha linha em termos políticos partidários de total independência. Hoje a minha intervenção é em três níveis. Um, uma certa desilusão, confesso, para com o Executivo Camarário; outra, uma congratulação, por certas medidas que foram tomadas durante este período pelo mesmo Executivo e depois um conjunto de sugestões a apresentar. Eu começaria pela coisa má. Eu no dia 26 de Fevereiro vim a esta Assembleia e fiz um pedido ao Executivo Camarário, aliás eu na última já chamei a atenção para isso e na altura eu fiquei convencido que iria ser acolhido pelo Executivo, era a questão da entrada para a Junta de Freguesia. Eu pedi na altura para interditar o estacionamento naquela estrada que dá acesso à Feira dos Onze e à Escola Primária e já na altura disse que a estrada é extremamente estreita, em paralelos, as pessoas que estacionam ali fazem-no por puro comodismo, porque passado dez metros tem um largo transformado em estacionamento e podem estacionar à vontade. É puro comodismo de funcionários da Creche, do Centro do Dia e de alguns funcionários da Câmara Municipal, podiam estacionar à frente. Era um suplício, o ano lectivo já acabou, já está ultrapassado, mas foi um suplício desde o início do ano para os pais e encarregados de educação levarem e buscarem os filhos à escola primária. Foi sistematicamente subir passeios e fazer marcha atrás, avança e recua. Era fácil solucionar, eu estava convencido quando expôs esta situação no dia 26 de Fevereiro e pela expressão do Senhor Presidente Dr. Hermínio, que eventualmente ia acolher esta minha sugestão. Infelizmente passou o ano e não foi tomada nenhuma medida. Provavelmente eu fui burro, porque alguns pais disseram que o ideal seria apresentar um abaixo-assinado, mas eu achei que não havia necessidade e que através do diálogo seria possível. E depois o que aconteceu mais tarde? Numa reunião de Câmara aprovaram um estacionamento à entrada da quinta de uma família, não se pode comparar em termos de implicações que tem para o trânsito um caso com o outro. Isto magoa-me mais. Portanto, eu peço ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal Dr. Jorge e eventualmente algumas das forças políticas aqui representadas nesta Assembleia Municipal, se faz favor, se são capazes de pedir ao Executivo Camarário que ponderasse este meu pedido relativamente à proibição de estacionamento naquele espaço. Posto isto, embora o Senhor Presidente diga que não estamos

cá para dar os parabéns, eu quero agradecer o facto de terem arranjado finalmente, aliás como tinham prometido aqui na última Assembleia, a zona do Cruzeiro e ter dado início à reparação da Rua Bento Landureza. Reconheço que cumpriu, os meus parabéns. Depois a partir daqui tenho um conjunto de sugestões. Uma questão, o Parque de La-Salette por intempérie ou por questões de segurança tem abatido muitas árvores e o Parque está a ficar um bocadinho “careca”. Ou se cria a lógica, tal e qual como aquela dos funcionários públicos saem três só entra um, aqui na La-Salette devia ser ao contrário, põe-se uma árvore abaixo e plantam-se três. Ainda recentemente numa das entradas do Parque caiu uma árvore que ao tombar “matou” uma outra árvore e não foi reposta, não foi plantada nenhuma árvore para substituir. O apelo que eu fazia é que conforme elas fossem caindo se fosse fazendo a sua reposição. Ainda voltando ao Parque de La-Salette, a senhora que é responsável pelo parque de campismo tem um hobby que é fazer fogueiras e então dia sim, dia não, ela faz uma fogueira, numa altura que anda muita gente a caminhar e uma pessoa quer caminhar no Parque de La-Salette e não consegue caminhar por causa do fumo. A Senhora Eng.^a da Fundação La-Salette já pediu à Senhora, mas como o Parque de Campismo funciona autonomamente ela não conseguiu pressionar. Apelo aqui ao Executivo que faz parte da Fundação La-Salette que falem com a Senhora para que não façam as fogueiras. Outra questão relacionada com La-Salette é a questão da piscina, que ainda não abriu. Eu sei que agora temos as piscinas cobertas, mas são duas coisas distintas: uma coisa é uma piscina ao ar livre, no Verão, que funciona como alternativa a algumas pessoas que não podem ir à praia; e, outra coisa é a piscina coberta, que sabe bem no Inverno. A piscina lá em cima no Parque, há trinta e tal anos que está lá e há trinta e tal anos que esteve sempre aberta e este ano estamos em final de Junho e a piscina está fechada. Inclusivamente na última Assembleia eu questionei ali o Senhor Presidente das Junta se estava previsto, porque está previsto nas Férias Desportivas actividades na piscina e questionava como é que vai ser, se vai haver actividades ou não. Inclusivamente a piscina tem lá um problema que não é só abrir, tem lá pedras que é necessário substituir, no tanque propriamente dito e isso leva tempo. Gostava de saber se realmente a piscina vai ou não abrir lá em cima em La-Salette. Outra pergunta, é uma coisa que o Dr. Hermínio Loureiro disse e que me agradou, é que finalmente a Câmara vai fazer um passeio na zona do Calvário, para dar acesso a La-Salette, finalmente e congratulo-me com isso. Só queria fazer mais uma pergunta: se estava previsto o arranque da construção do passeio. Depois tenho aqui uma série de pedidos. Um dos pedidos foi formulado por um morador, tem a ver com o gaveto, ali na Rua Dr. Salvador Machado e Rua Boaventura de Sousa, há ali um gaveto, um terreno que está abandonado, serve apenas para estacionamento. Acontece que esse gaveto dá acesso a duas moradias, numa delas vive um casal de idade, já com uma certa dificuldade em chegar a casa e noutra moradia temos uma Senhora que está acamada e de vez em quando é preciso ir lá a ambulância para a levar ao hospital. Era para ver se seria possível dar um jeitinho nesse espaço. Depois tinha uma outra sugestão: ali junto ao Hospital, naquele prédio logo a seguir ao Arquivo Municipal, a Câmara arranjou um passeio que lá estava estragado, fez lá uma baía

enorme para estacionamento, uns metros mais acima param os transportes públicos e quando eles param inviabiliza a passagem do trânsito e a minha sugestão era, como logo a seguir, passados poucos metros tem uma baía de estacionamento cumprida que dá para estacionar os autocarros, se seria possível transferir a passagem, o acesso aos autocarros, para essa baía de forma a não dificultar o trânsito quando param os autocarros. Depois, na Rua 25 de Abril, no cruzamento com a rua que dá para o cemitério, acontece que quem vem da Rua 25 de Abril tem prioridade em relação a quem vem do cemitério e acontece que muitas vezes pessoas que não conhecem reduzem a velocidade e quase que param porque não sabem que têm prioridade em relação à direita. Portanto, a minha sugestão era se seria possível colocar ali uma placa a informar as pessoas que têm prioridade relativamente ao trânsito que vem da direita. Se nós seguirmos em direcção ao cemitério, encontramos lá ao fundo o pavilhão da Escola Livre, tem uma rua em frente que vai dar a uns depósitos de gás e acontece que aquilo ali não tem saída e a minha sugestão era que ali também fosse colocada uma placa a informar as pessoas que não tem saída naquele local. Uma outra sugestão, tem a ver com a Rua Visconde Almeida Garrett, que é a rua que desce de Santo António para Cidacos. Aquela rua estreita, onde passa inclusivamente os transportes do TUAZ. A rua é estreita, é permitido o estacionamento do lado direito e por vezes os carros de transportes colectivos têm dificuldade em passar lá, quase que o retrovisor toca no muro e se vem alguém a pé também tem dificuldade. A minha sugestão era colocar lá estacionamento proibido nessa rua. Um outro pedido, era se era possível, eu já pedi ao Senhor Presidente da Junta mas infelizmente não tem possibilidade de fazer por falta de pessoal, a limpeza na Rua da Galiza, junto ao tanque público em que a vegetação está a ocupar o espaço e a dificultar o acesso às pessoas para utilizarem esse tanque e era para ver se era possível, através da Câmara, fazer uma limpeza nessa zona. Depois é uma chamada de atenção para o seguinte: junto à Câmara Municipal, no Largo da Câmara Municipal, o candeeiro que fica mesmo encostado à Câmara Municipal a lâmpada está fundida, assim como tem dois projectores, um virado para a Câmara e o outro para a estátua, fundidos. Depois em relação à Feira do Artesanato, que mudou para aqui e eu acho que mudou bem, no meu entender. Eu só queria chamar a atenção, no meu entender também, aqueles stands são inadequados, o balcão inibe as pessoas, deveria ser um stand como esteve lá em cima no Mercado à Moda Antiga para as pessoas entrarem. Depois provavelmente quem visitou a Praça da Cidade deve ter-se apercebido que falta ali uma coisa: os WS's públicos. Não sei se será possível criar no parque de estacionamento um WC, não sei se já tem, para as pessoas utilizarem naquele espaço. Eu finalizava com três sugestões aqui para a zona das piscinas municipais. Provavelmente já está elaborado pela Câmara Municipal um projecto para aquela área envolvente, mas apesar disso eu apresentava aqui três sugestões. A primeira sugestão, tem a ver com os adolescentes, é a criação de um skate parque. Outra sugestão, era a criação de um muro de grafismo naquela zona. Depois ainda tem espaço para uma zona verde e a criação de um parque infantil. Obrigado pela vossa atenção. =====

===== Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Altino Tavares, residente na freguesia de Oliveira de Azeméis. =====

===== O XIV ano do Mercado à Moda Antiga fez história. Por muito que custe a alguns que se dizem Oliveirenses, o saldo positivo deste evento o XVI Mercado à Moda Antiga que se realizou na minha cidade de Oliveira de Azeméis foi um sucesso, excedendo totalmente todas as expectativas. Por se realizar nas ruas pedonais António Alegria e Bento Carqueja e pela participação de cinquenta associações e bandas das nossas freguesias e tantos, tantos artesãos e figurantes, foi e será sempre um sucesso a nível regional e nacional. Devemos estar orgulhosos de termos dois cidadãos Oliveirenses que desde sempre se têm empenhado de alma e coração neste evento: o Dr. Nélson e a Dra. Ana. Porque sempre participei e estive presente neste evento organizado por estes dois cidadãos o meu bem-haja e espero que continuem por muitos anos. Também faço questão de referir que todos os participantes neste evento não pagaram um tostão (foi de borla) e desta forma este evento teve e tem a força que vimos. Agora, para além daquilo que se passou nesta Assembleia, eu pretendia também ter um pouco sobre o ponto nove do Regulamento da Feira do Artesanato de Oliveira de Azeméis, sobre a suspensão do ponto 6 e 7 do artigo 10.º, eu queria explicar o seguinte: o artigo 10.º são formalidades da participação, tem o ponto 1, ponto 2, ponto 3, ponto 4, ponto 5, ponto 6 e ponto 7. Eu não queria focar só o ponto 6 e o ponto 7. O ponto 1, ponto 2, ponto 3, ponto 4 e ponto 5, nada têm a ver com a transferência do Parque de La-Salette para o Largo do Gemini. O ponto 6 e o 7, isso sim tem a ver e isto foi uma alteração ao Regulamento da Feira do Artesanato, datado de 10 de Maio de 2006 em que foca o seguinte: ponto 6 “sem prejuízo do pagamento da caução referida nos números anteriores, o requerimento deverá ser acompanhado de documento comprovativo do pagamento do aluguer do espaço, de acordo com a seguinte tabela: a) módulo de 9m2 paga €50; b) módulo de 18m2 paga €100” e agora a questão está no ponto 7 “aos artesãos do Município de Oliveira de Azeméis não será cobrado aluguer do espaço”. Isto quer dizer o seguinte: que para além de terem feito uma Feira do Artesanato e terem cobrado dinheiro aos artesãos de Oliveira de Azeméis, vem agora a esta Assembleia fazer a suspensão do ponto 6 e 7. Isto no meu ponto de vista foi uma machadada terrível, eu volto a dizer terrível e drástica para os artesãos de Oliveira de Azeméis. É tudo, muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Eng.º Joaquim Jorge Ferreira, Vereador da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis.

===== As minhas saudações a todos os presentes. Queria começar por pedir desculpas por aquilo que vou dizer, mas não ficaria bem com a minha consciência se não o dissesse. A minha intervenção prende-se com uma coisa muito simples, tem a ver com um episódio que se passou aqui hoje, perpetrado pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que é um episódio que eu considero absolutamente lamentável. E basicamente, eu não estou a ser

discreto, porque o Senhor Presidente também não foi discreto e, portanto, eu reservo-me no direito de utilizar este tempo para responder exactamente com a mesma falta de descrição. Senhor Presidente, eu julgo que a sua intervenção foi desproporcionada, foi desajustada na forma e no conteúdo e desrespeitou a Vereadora Ana de Jesus, a quem o Senhor merece todo o respeito, deve todo o respeito, assim como todos nós, enfim lhe devemos todo o respeito. Enfim, isto para lhe dizer Senhor Presidente que eu não quero acreditar que o Senhor ache que os Vereadores do Partido Socialista são influenciáveis, ou que são premiáveis, a este tipo de actuação, que eu considero absolutamente discricionária. E deixe-me que lhe diga porquê, Senhor Presidente. Porque desde que o Senhor preside a este órgão tem-se verificado um conjunto de risos e comentários absolutamente lamentáveis por parte dos Membros da Mesa, alguns deles insultuosos e nunca vi o Senhor tecer nenhum tipo de comentário que se aproximasse deste comentário que se fez hoje e que procurasse regular a disciplina e procurasse dignificar esta casa. Portanto, Senhor Presidente, o que lhe vou dizer é o seguinte: eu reservo-me no direito de sempre, fazendo parte eu dessa Mesa com a mesma legitimidade de qualquer um dos elementos dessa Mesa, no final da reunião vir aqui dizer publicamente os comentários que são ditos aí, alguns deles recorrendo ao calão, para que todos percebamos que forma é que se dignifica ou não Oliveira de Azeméis. Portanto, Senhor Presidente é só para que fique registado que achei que a sua intervenção foi absolutamente desproporcionada, desajustada na forma e no conteúdo. Naturalmente que a Dra. Ana de Jesus não precisa que eu venha aqui, digamos, defender a sua honra, tem uma capacidade imensa para o fazer, mas eu não ficaria bem com a minha consciência se não fizesse este reparo à forma como, eu desculpo naturalmente porque momentos menos bons todos temos, mas para esse episódio que não dignificou em nada esta Assembleia. Muito obrigado. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====

===== Muito obrigado, Senhor Eng.º. Eu queria-lhe já dizer o seguinte: passou-me despercebido a sua intervenção, porque eu penso que a deveria ter feito no público e eu já estou habituado a alguns Vereadores do Partido Socialista, nomeadamente uma Vereadora do Partido Socialista, que agora não se encontra em funções, de pedir a palavra tocando castanholas, dizendo que isto é prática corrente na Assembleia da República. Nessa altura eu tive que chamá-la à atenção que se essa é a prática da Assembleia da República eu aqui não admitia essa prática. E é muito desagradável para quem está a fazer uma intervenção ver os Vereadores, neste caso do Partido Socialista, com risos, com comentários menos próprios e a olharem para mim em ar de desafio. Isso eu não admito de maneira nenhuma, de maneira nenhuma, a quem quer que seja. E tolerante sou eu muito e não recebo lições de quem quer que seja, no que diz respeito a moralidade, a saber estar, muito menos de quem demonstra em todas as Assembleias que não tem moral para o fazer. Não dou mais esclarecimentos. =====

===== *Antes de terminar o Senhor Presidente da Mesa propôs a aprovação por minuta da acta relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade.*=====

===== *Para terminar a Sessão o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse:* ===

===== *A todos uma muito boa noite e um bom fim-de-semana.* =====

===== *E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a Sessão, eram 21h 30m, da qual para constar se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos constituintes da Mesa.* =====